



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Juciara Ramos Cordeiro

**O Contestado do século XXI: ocultação da pobreza e invisibilidade cabocla**

Florianópolis  
2020

Juciara Ramos Cordeiro

**O Contestado do século XXI: ocultação da pobreza e invisibilidade cabocla**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestra em Serviço Social  
Orientador: Prof.<sup>a</sup>. Beatriz Augusto de Paiva, Dr.<sup>a</sup>

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cordeiro, Juciara Ramos

O Contestado do século XXI : ocultação da pobreza e invisibilidade cabocla / Juciara Ramos Cordeiro ; orientadora, Beatriz Augusto de Paiva, 2020.

95 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Pauperização estrutural. 3. Acumulação Capitalista. 4. Contestado. I. Paiva, Beatriz Augusto de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Juciara Ramos Cordeiro

**O Contestado do século XXI:** ocultação da pobreza e invisibilidade cabocla

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.<sup>a</sup> Beatriz Augusto de Paiva, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Paulo Pinheiro Machado, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.<sup>a</sup> Cristiane Luíza Sabino de Souza, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestra em Serviço Social.

---

Prof.<sup>a</sup> Beatriz Augusto de Paiva, Dr.<sup>a</sup>  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação

---

Prof.<sup>a</sup> Beatriz Augusto de Paiva, Dr.<sup>a</sup>  
Orientadora

Florianópolis, 2020.

*Este trabalho é dedicado aos herdeiros do Contestado,  
aqueles que resistem para re-existir.*

## AGRADECIMENTOS

Finalizar essa etapa e se preparar para as muitas que ainda virão. Apesar do processo de escrita ser tão solitário, foram muitos os apoios e suportes sem os quais este trabalho não poderia ser concretizado.

Agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional desde sempre, especialmente à minha mãe, que sempre incentivou nossos estudos e conquistas pessoais e profissionais (meus e das minhas irmãs). Apesar da dona Gema ser bem exigente, foi nosso alicerce e exemplo de vida. Uma mãe-professora que nunca mediu esforços para que os estudos fossem nossa principal ferramenta de transformação.

Às minhas irmãs, meus cunhados e meus sobrinhos amados, que me enchem de alegria nos contatos quase diários pelas redes sociais e que, apesar da distância, sempre estiveram presentes. Um agradecimento mais que especial à minha irmã Mara, ao Igor, Lala e Rafinha (ahhh e a Catarina também), que me acolheram em sua casa no período do mestrado, sempre muito disponíveis e cedendo mais do que estrutura material, cederam afeto, conversas e apoio emocional.

À minha orientadora Beatriz, a Bia. Com ela é impossível não se inspirar na luta por um outro mundo. Alguém que é luz em meio a tanta escuridão e incertezas. Obrigada por me aguentar para além do tempo regrado.

À banca de qualificação pelas contribuições tão valiosas para construção dessa pesquisa e à banca de defesa, pelo aceite e disponibilidade de contribuir para enriquecer nossa discussão.

Aos meus colegas do PPGSS, amigos de longa data e àqueles que conheci nesses últimos anos, pelas trocas, pela convivência e pela amizade. Tenho certeza que estaremos juntos nas trincheiras da vida.

Aos professores, técnicos administrativos e estagiários do PPGSS, pelos ensinamentos e pela disponibilidade de sempre, principalmente por acreditarem e lutar pela educação pública, gratuita e de qualidade.

Aos amigos do Veias Abertas, do IELA, pelas reflexões e ensinamentos que perpassam os muros da educação formal. Por causa de vocês a América Latina que eu conheço pulsa, tem vida, tem chão e tem amor.

Agradeço ao IFC pela oportunidade do afastamento para a pós-graduação *strictu sensu*, em especial ao *Campus Videira*, pelo apoio e liberação por dois anos.

Às colegas do SISAE, por segurarem as pontas enquanto eu estava fora e principalmente às colegas assistentes sociais dos outros *campi*, que supriram a minha ausência nesse período. Muito obrigada por tudo!

Ao UNIEDU/FUMDES – Programa de bolsas universitárias de Santa Catarina, pelo subsídio financeiro nesse período.

Aos colegas do NEC pela parceria, pelos desafios diários e pela ânsia compartilhada que temos de ver o Contestado vivo. O ano passado foi o nosso ano e tenho certeza que muitas conquistas virão.

À Aninha pela ajuda nas traduções e a Aline pela revisão do trabalho. Vocês são amigas mais que especiais.

Aos amigos de Videira, aos amigos de Floripa, mas principalmente às amigas de sempre:

À Edi, pela inspiração no tema da pesquisa. Graças a você eu posso ver o Contestado e luto para que ele seja visto por mais pessoas. Obrigada pelo carinho e apoio de sempre.

À Dil pela amizade, apoio, pelo diálogo e pelos incontáveis almoços que compartilhamos falando dos nossos sonhos, nossas realizações e nosso cotidiano. Obrigada amiga, sem você muito desse trabalho não seria possível.

À Nara, Mirella, Dani e Lia, por me ouvirem sempre que eu preciso e por estarem tão perto, mesmo que tão longe.

Por último, um agradecimento especial ao meu William, meu amor e companheiro de vida. Obrigada por aguentar firme esse tempo, por me entender e respeitar minhas escolhas. Estamos vivendo uma nova fase da nossa vida agora e, com certeza, será de desafios muito maiores. Obrigada pelo nosso presente esse ano, nossa Stella, que logo chegará preenchendo nossa vida de mais amor. E obrigada a você também minha filhotinha, que nem chegou no mundo ainda, mas já me inspira de todas as formas. Amo vocês, para sempre!

*Prepare o seu coração  
Pras coisas  
Que eu vou contar  
Eu venho lá do sertão  
Eu venho lá do sertão  
Eu venho lá do sertão  
E posso não lhe agradar*

*Aprendi a dizer não  
Ver a morte sem chorar  
E a morte, o destino, tudo  
A morte e o destino, tudo  
Estava fora do lugar  
Eu vivo pra consertar*

*(VANDRÉ; DE BARROS, 1966)*



## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar como se estruturou o processo de pauperização da população cabocla do território do Contestado. Para atingir o objetivo proposto, foi necessário aprofundar o conhecimento sobre a formação sócio histórica do território do Contestado e apontar alguns índices sociais e econômicos da realidade desse território, no século XXI. Concomitante a isso, analisou-se o desenvolvimento do capitalismo na região e a dinâmica do poder político que se perpetuou e desencadeou uma profunda desigualdade social, que se manifesta no cotidiano dos sujeitos, e finalmente, elencou-se as nuances de uma estrutura de opressão que invisibiliza a população cabocla e oculta a sua pobreza. Com fulcro na Teoria Marxista da Dependência, estudar o terreno fértil que é o Contestado em luta permitiu contribuir com os estudos histórico-críticos, que localizam o debate sobre a propriedade da terra e o trabalho no âmbito da luta de classes, desvendando as contradições próprias e singulares do modo de produção capitalista na América Latina. A pesquisa parte da historiografia crítica do movimento do Contestado, para identificar as mediações que desvelam o processo de pauperização que acompanha a população cabocla do território em que ocorreu a Guerra do Contestado, no início do século XX. O desenvolvimento de uma pesquisa exploratória foi o caminho percorrido, buscando elucidar alguns pontos ainda latentes sobre o tema proposto. A interlocução que essa pesquisa se propôs, buscou perpassar a noção de pobreza limitada à ausência ou carência de renda, ou mesmo a ausência de um empoderamento dos sujeitos, como se, por si só, estes conseguissem superar a sua condição de fragilidade. Da mesma forma, não se trata de uma concepção de pobreza associada à noção de vulnerabilidade social ou risco social, conceitos amplamente utilizados por algumas políticas sociais e que se limitam a traçar estratégias pontuais e focais de intervenção, sem aprofundar os seus vínculos estruturantes. A pobreza, entendida nessa pesquisa como uma manifestação da Lei Geral da Acumulação Capitalista, carece de aprofundamento teórico que desvende a estrutura de pauperização que se consolida a partir, do processo de acumulação de capital, para além do debate da aparência e do senso comum que insistem em afirmar a falta de desenvolvimento ou que remetem ao indivíduo o resultado da sua condição de subalternidade. O que se revelou de forma mais contundente foi uma estrutura político-ideológica de opressão do caboclo do Contestado, na qual os processos de apagamento histórico dessa população se traduzem nas tentativas de invisibilidade do caboclo e na ocultação da pobreza do território. As formas de opressão se concretizam na realidade dos sujeitos inicialmente afastando-os da condição de “existentes” e depois negando a terra, o trabalho e a memória. Dentro dessa perspectiva, o constructo de opressão se estende por mais de um século, como um grande entrave na luta por re-existir. É urgente romper com isso.

**Palavras-chave:** Contestado. Acumulação. Pauperização.

## ABSTRACT

This work aimed to analyze how the process of impoverishing the cabocla population in the Contestado territory was structured. To achieve the proposed objective, it was necessary to deepen the knowledge about the socio-historical formation of the Contestado territory and to point out some social and economic indexes of the reality of that territory, in the 21st century. At the same time, the development of capitalism in the region and the dynamics of political power that perpetuated and triggered a profound social inequality, which manifests itself in the subjects' daily lives, were analyzed, and finally, the nuances of a structure of oppression were listed which makes the cabocla population invisible and hides their poverty. Based on the Marxist Theory of Dependency, studying the fertile terrain that is the Contestado in struggle has allowed to contribute to the historical-critical studies that locate the debate on land ownership and work within the scope of the class struggle, unveiling its own contradictions and unique to the capitalist mode of production in Latin America. The research starts from the critical historiography of the Contestado movement to identify the mediations that unveil the process of impoverishment that accompanies the cabocla population of the territory where the Contestado War took place, at the beginning of the 20th century. The development of exploratory research was the path taken, seeking to elucidate some points that are still latent on the proposed theme. The interlocution that this research proposed, sought to permeate the notion of poverty limited to the absence or lack of income, or even the absence of an empowerment of the subjects, as if, by themselves, they managed to overcome their condition of fragility. Likewise, it is not a concept of poverty associated with the notion of social vulnerability or social risk, concepts widely used by some social policies and which are limited to outline specific and focal intervention strategies, without deepening their structural bonds. Poverty, understood in this research as a manifestation of the General Law of Capitalist Accumulation, lacks theoretical deepening that reveals the structure of impoverishment that is consolidated through the process of capital accumulation, beyond the debate of the appearance and common sense that insist to affirm the lack of development or that refer to the individual the result of his condition of subordination. What was most strikingly revealed was a political-ideological structure of oppression of the caboclo from Contestado, in which the processes of historical erasure of this population translate into the caboclo's attempts at invisibility and the concealment of poverty in the territory. The forms of oppression are realized in the reality of the subjects, initially distancing them from the condition of "existing" and then denying land, work and memory. Within this perspective, the oppression construct extends for more than a century, as a major obstacle in the struggle to re-exist. It is urgente to break with this.

**Keywords:** Contestado. Accumulation. Pauperization.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa sobre os principais pontos de localização dos redutos e combates.	28
Figura 2- Mapa sobre população considerada ocupada .....	47
Figura 3- Mapa sobre Renda Urbana mensal médio domiciliar per capita .....	48
Figura 4- Mapa sobre Renda Rural mensal médio domiciliar per capita .....	49
Figura 5- Mapa sobre Índice de Desenvolvimento Humano.....	50
Figura 6- Mapa sobre a Incidência de pobreza .....	52

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Beneficiários do Programa Bolsa Família .....	53
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALL	América Latina Logística
EFSPRG	Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IELA	Instituto de Estudos Latino-americanos
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
NEC	Núcleo de Estudos do Contestado
PA	Projetos de Assentamentos
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPGSS	Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC
PR	Paraná
PRB	Reassentamentos de Barragem
RESEX	Reservas Extrativistas
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UFSC	Universidade Federal De Santa Catarina
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1	OBJETIVOS DA PESQUISA .....	20
1.2	MÉTODO E PERCURSO METODOLÓGICO .....	21
<b>2</b>	<b>UM SÉCULO DE GUERRA: DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO À INVISIBILIDADE CABOCLA</b> .....	<b>25</b>
2.1	O TERRITÓRIO DO CONTESTADO .....	26
2.1.1	O processo de ocupação do território do Contestado.....	30
2.1.2	A dominação política do Coronelismo .....	36
2.1.3	A construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – EFSPRG 39	
2.2	O CONTESTADO HOJE: INVISIBILIDADE E POBREZA .....	42
2.2.1	Aspectos econômicos .....	44
2.2.2	Índices sociais e mapa da pobreza.....	50
2.2.3	A propriedade da terra .....	55
<b>3</b>	<b>A DETERMINAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA PAUPERIZAÇÃO E A POBREZA NO CONTESTADO</b> .....	<b>58</b>
3.1	O CAPITALISMO DEPENDENTE NA ENGRENAGEM GERAL DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA .....	58
3.1.1	O capitalismo dependente latino-americano .....	66
3.2	O MITO DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.....	69
3.3	A ESTRUTURA DA ACUMULAÇÃO X PAUPERIZAÇÃO NO CONTESTADO 72	
<b>4</b>	<b>A ESTRUTURA POLÍTICO-IDEOLÓGICA DE OPRESSÃO DO CABOCLO DO CONTESTADO</b> .....	<b>75</b>
4.1	AS MATIZES DA OPRESSÃO: A INVISIBILIDADE DO CABOCLO .....	75
4.2	A DIALÉTICA DA OPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA OU (RE)EXISTÊNCIA .	81
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>85</b>
	REFERÊNCIAS.....	90

## 1 INTRODUÇÃO

Há pouco mais de cem anos, milhares de pessoas que habitavam o preterido sertão catarinense foram expulsas do único meio que lhes garantia o sustento: a terra. Por meio dela cultivavam o alimento, criavam animais, coletavam a erva mate e extraíam a madeira para construção de suas moradias, além da lenha que os aquecia nos invernos rigorosos do sul do Brasil.

O trabalho na terra, baseado no plantio para subsistência, intercalava com a peonagem, em períodos sazonais, nas grandes lavouras. O desinteresse do poder político litorâneo direcionava ao poder político local (centralizado no coronelismo dos grandes proprietários de terra) o domínio econômico e político nas relações sociais que se estabeleciam, baseadas na submissão de camponeses pobres, no paternalismo e na troca de favores.

No ápice ferroviário do início do século XX, a construção de uma estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul foi oferecida em concessão pelo governo federal para a empresa estadunidense *Brazil Railway Company* e esta recebeu o direito de explorar as terras até 15 quilômetros ao lado de cada margem da ferrovia<sup>1</sup>. As famílias de sitiantes e posseiros, que historicamente viviam no local, foram violentamente expropriadas de seus domínios e sem ter para onde ir e como sobreviver, ofereceram resistência à condição a que foram submetidos, irrompendo assim os intensos episódios da chamada Guerra do Contestado.

A Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916 na região de disputa dos limites entre Paraná- PR e Santa Catarina- SC<sup>2</sup>, foi, portanto, um sangrento conflito entre os sertanejos e as forças de segurança: nacional e estaduais<sup>3</sup>. O povo caboclo, que já vivenciava péssimas condições de vida pela estrutura coronelista da região,

---

<sup>1</sup> A exploração das terras ao lado da ferrovia foi conduzida por uma empresa subsidiária: a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, vinculada também ao Sindicato Farquhar.

<sup>2</sup> A área onde decorreu a guerra era uma região de disputa litigiosa por limites entre Paraná e Santa Catarina, que iniciou em 1853. Segundo Auras (2015) o litígio entre os estados tomou uma maior proporção a partir da Constituição de 1891, quando foi permitida a taxaço de impostos sobre a exportação de mercadorias e sobre indústrias e profissões. A área era abundante em exploração de ervais, por isso o interesse dos estados pela ampliação territorial. A questão arrastou-se até 1916 quando os governadores de ambos os estados assinaram um acordo de limites.

<sup>3</sup> As forças de segurança do Paraná e de Santa Catarina atuaram nos conflitos, juntamente com a força de segurança nacional.

com o violento despejo, passou a se concentrar em redutos e oferecer resistência ao modelo de desenvolvimento imposto. (MACHADO, 2004).

Diante do quadro de violência e descaso que se instaurou no período, a feição inicial do movimento estava vinculada à crença nos monges<sup>4</sup> que peregrinavam a região. A formação de “cidades santas” agregava, portanto, grande parte da população sertaneja sem-terra e sem trabalho, desprovidas das condições de subsistência e arremetidas pela introdução do capitalismo na região.

Vale destacar que os diversos movimentos sociais que insurgiram no sertão brasileiro nesse período tiveram, de maneira subjacente ou não, a bandeira de luta por terra e trabalho, especialmente diante da expropriação das terras destinadas à agricultura de subsistência, o aumento da fome e da miséria da população sertaneja e a impossibilidade de participação do trabalhador “nacional” no sistema de trabalho livre.

Assim como ocorreu no sertão nordestino com o movimento de Canudos, no Contestado também o viés religioso permeou o movimento. As precárias condições de vida da população dos sertões, sem qualquer expectativa de mudança que não fosse pela luta, impulsionaram a crença nas lideranças messiânicas, com a esperança de que pudessem alcançar, também no campo sobrenatural, aquilo que lhes eram privados pelas injustiças sociais da época. De acordo com Espig, foi “a esperança no retorno de um líder místico que haveria de guiá-los para a vitória contra a República, que conferiu ao movimento sua feição radical”. (ESPIG, 2012, p. 217).

---

<sup>4</sup> Referente aos monges, buscamos algumas informações nas obras de Maurício Vinhas de Queiroz (1966), Oswaldo Rodrigues de Cabral (1979) e Euclides J. Felipe (1995). Vinhas de Queiroz, relata que todos os livros e artigos sobre o Contestado, assim como os relatos orais se referem a um monge João Maria, que precedeu o a eclosão do messianismo. Cita a pesquisa de Cabral, elencando mais monges, mas acredita que a população não tenha tido clara consciência disso. Para Cabral pela região passaram três monges, em momentos diferentes. O primeiro foi o monge João Maria de Agostini, de origem italiana, que peregrinou por um amplo território que ia desde São Paulo ao Rio Grande do Sul, em meados do século XIX. Era conhecido por ser muito humilde, não agregava pessoas em seu entorno e atendia doentes. O segundo foi o monge João Maria de Jesus, cujo nome verdadeiro era Atanás Marcaf, e apareceu publicamente durante a Revolução Federalista. Ficou conhecido entre os sertanejos por fazer previsões sobre a situação política da época e atraiu muitos fiéis. O terceiro monge foi José Maria de Santo Agostinho, cujo nome verdadeiro era Miguel Lucena de Boaventura. Se apresentava como curandeiro e como reencarnação de João Maria e em pouco tempo agregou muitos seguidores. Dos três monges, José Maria foi o único que teve atuação direta nos desdobramentos da Guerra do Contestado ao combater no primeiro confronto entre caboclos e a força de segurança do Paraná em Irani. Foi morto no combate. Já Felipe narra a aparição de pelo menos sete monges, que passaram pela região em períodos diferentes, até meados dos anos 1960.



Com características messiânicas, que podem ser explicadas pela descrença do povo nas autoridades oficiais, esses movimentos de cunho político e social em desfavor da recente República e do mandonismo dos coronéis, tiveram como ponto de partida a falta de acesso à terra e ao trabalho, portanto, temas centrais para o pesquisador que busca resgatar historicamente as revoltas populares do sertão brasileiro e compreender a particularidade desse momento histórico.

O caráter religioso do movimento, diferente do que a visão dos vencedores inculcou como fanatismo, não tornou alienado o processo de luta dos insurretos do Contestado, pois “o movimento rebelde identificou, desde o início, a marginalização crescente dos caboclos e da gente “de cor”, ao passo que cresciam os privilégios e estímulos à europeização do território planaltino” (MACHADO, 2004, p. 34 – grifo do autor). Portanto, sabiam o que estavam desafiando.

Os conflitos entre os sertanejos e as forças civis/militares<sup>5</sup> tomaram grandes proporções, à medida que os caboclos aumentavam em número no movimento, principalmente de mulheres e crianças. As mortes truculentas nas batalhas somavam-se às mortes em decorrência da fome nos redutos e, posteriormente, somaram-se ao extermínio de caboclos insurgentes, parte da “limpeza” do território para chegada dos imigrantes. (FRAGA, 2017).

Ao término da guerra o massacre era incalculável e até hoje não se tem a dimensão exata do número de mortos durante e depois da guerra, porém, algumas fontes estimam que possa ter passado de 10 mil. O que se observa é que essa imprecisão na veracidade dos dados é parte do apagamento histórico que se configurou na região após o conflito.

Com o desfecho da guerra, sobrepujou a ascensão dos “vencedores” em prejuízo dos “vencidos”. Dos caboclos que sobreviveram ao massacre, tudo foi tirado: a terra, o trabalho, os vínculos afetivos e sociais e a memória<sup>6</sup>; o direito de ser lembrado por sua luta e seu sofrimento, pelas gerações que sucederam o povoamento

---

<sup>5</sup> No decorrer do conflito, grupos de civis articulados pelos coronéis passaram a atuar nos embates contra os caboclos.

<sup>6</sup> Fernando Báez (2010) traz uma discussão importante sobre esse processo intencional de substituir a memória coletiva por uma nova, chamada de “condenação da memória” ou no latim *damnatio memoriae*, discorrendo sobre o que a Europa fez com a América Latina desde a conquista. O autor destaca que se trata de “uma espécie de esquecimento decretado e uma censura aplicada pelo autoritarismo para proteger uma hegemonia política” (BAEZ, 2010, p.297), algo que, do nosso ponto de vista, se aplica ao que ocorreu no Contestado após a Guerra Sertaneja e que será analisado no último capítulo.

no território do Contestado e que até os dias de hoje é praticamente incipiente na história do Brasil.

A reapropriação histórica do movimento sertanejo do Contestado, no bojo da luta de classes, tem o dever de romper com o discurso hegemônico dos militares e da elite local que ganhou expressão como a única versão aceita no período logo após o conflito e que reflete até hoje a negação da identidade cabocla na região. Nesse sentido, o propósito desta dissertação é estudar o processo de pauperização da população cabocla do território do Contestado.

Ainda hoje, mais de um século depois do conflito do Contestado, nessa região imperam os piores índices de desigualdade social de SC e na pequena parcela que corresponde ao PR, a região é considerada uma das mais pobres do estado. Muitas análises remetem à guerra o desencadeamento desse quadro de desigualdade, refletida em níveis de pobreza, até hoje, paradoxais, em uma região rica como é o sul do Brasil. Porém, é imperioso compreender que esse processo vinha sendo concebido antes mesmo da insurreição cabocla e é próprio do tipo de capitalismo que se configurou de forma violenta e sangrenta no território. A guerra se caracteriza como um elemento que expressa e reforça essa desigualdade, a partir do momento que conforma violentamente as bases do capitalismo na região.

Diante desse quadro de desigualdade que se configurou, o Contestado em luta é o solo histórico que desenvolvi a pesquisa. Analisar o conflito sertanejo possibilitou explicitar as contradições que marcaram o desenvolvimento capitalista na região, nas quais a questão da terra e do trabalho não só foram os gatilhos para a Guerra do Contestado, como também alicerces da estrutura que constituiu a acumulação capitalista no território.

A motivação desse estudo, em especial, decorreu da vivência em solo contestado e da atuação profissional em políticas sociais na região. Essa experiência me permitiu observar o quanto o fardo do passado se traduz no sofrimento do presente, daqueles que carregam a herança da resistência: os remanescentes da população cabocla. Porém, mais do que a motivação pessoal, o estudo tem a pretensão de agregar mais conhecimento científico em detrimento do senso comum, presente no cotidiano dos sujeitos do Contestado.

Ao ingressar como assistente social na política de educação, atuando prioritariamente com estudantes pobres e, anteriormente, na política de assistência

social, identifiquei que a naturalização das opressões raciais e étnicas e o julgamento da pobreza pelo esforço e pela meritocracia, muito presentes na região, eram pontos importantes a serem decifrados, para além de explicações simplistas recorrentes. Muitas vezes me deparei com a informação de que a região estava “atrasada” porque nela houve uma guerra que impediu o seu desenvolvimento.

Da mesma forma, a quase ausência da temática no cotidiano escolar limita o conhecimento da história, até mesmo de quem é nascido no território do Contestado. Posso afirmar que a única aproximação que tive sobre a Guerra do Contestado, foi nada mais que uma página em um livro didático.

O interesse em pesquisar o tema surgiu com a participação como membra do Núcleo de Estudos do Contestado – NEC, do Instituto Federal Catarinense- IFC, Campus Videira<sup>7</sup>, em 2016, quando percebi que o tema da pobreza no Contestado era ainda pouco estudado. Por essa razão, de imediato assumi a posição de compreender mais a fundo essa problemática, entendendo também ser uma postura política de enfrentamento à opressão vivenciada pelos herdeiros do povo caboclo.

O ingresso no Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PPGSS, da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, a nível de mestrado, em 2017, proporcionou um espaço oportuno para construir esse debate junto com os demais colegas da linha de pesquisa Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana. O projeto proposto inicialmente tinha uma pretensão de alcançar um debate mais amplo sobre a Questão Social e a Questão Agrária no Contestado, no entanto, pelos limites de uma dissertação, foi necessário um recorte capaz de ser pesquisado em um prazo de mestrado.

Mesmo assim, a proposta foi ousada, principalmente porque grande parte das pesquisas relativas ao estado de SC, no Serviço Social, partem de uma análise a partir das políticas sociais. Trazer para o debate da profissão a discussão da formação sócio histórica e da realidade do estado de SC a partir de uma luta social, foi um processo rico, de muitas descobertas e encantamento, mas também de solidão, na profissão especificamente. Contestado e Serviço Social poucas vezes dialogaram!

---

<sup>7</sup> O núcleo busca produzir conhecimento acerca da temática do Contestado, através de projetos de pesquisa e extensão, viabilizando o resgate da história local, ampliando o debate e desenvolvendo ações que incentivam o saber sobre o Contestado.

A discussão sobre a América Latina, a partir da inserção no Grupo de estudos e pesquisas Veias Abertas<sup>8</sup>, vinculado ao Instituto de Estudos Latino-americanos – IELA/UFSC foi essencial para o aprofundamento teórico necessário à construção de uma análise crítica sobre a realidade dos povos latino-americanos e nisso inclui-se os caboclos do Contestado. O Veias Abertas tem produzido importante acúmulo teórico para pensar as particularidades da produção e reprodução de capital no continente, sob o viés da Teoria Marxista da Dependência- TMD e a pesquisa realizada tem a intenção de contribuir com essa produção científica.

A historiografia do Contestado revela em seu vasto arsenal documental e bibliográfico os contrastes que permearam o movimento, antes, durante e depois da sangrenta guerra. Aspectos sociais, econômicos, políticos e religiosos são identificados na conjuntura do conflito, no entanto, tais análises são pouco conhecidas pela área do Serviço Social, especialmente àquelas voltadas para os aspectos explicativos ditados pela dinâmica da luta de classes. Sendo assim, essa pesquisa intentou evidenciar esses estudos, de forma a contribuir no aprofundamento da compreensão desse movimento frente à especificidade do capitalismo de tipo dependente, nos primeiros anos da República no Brasil.

Importante destacar que, como assistente social, é de extrema importância conhecer a história de um lugar para poder intervir, de modo a buscar a transformação social de determinada realidade. Para o Serviço Social, estudos que resgatam a formação sócio histórica brasileira, com lastro teórico no debate marxista, são cada vez mais necessários e condizentes com os conteúdos que integram a área de conhecimento da profissão, pois conferem a devida importância aos sujeitos históricos das classes subalternas, aspecto essencial na tradução do projeto ético-político, em se tratando da produção de conhecimento crítico.

A história das lutas dos trabalhadores latino-americanos deve pautar as construções teóricas da profissão, sobretudo quando essas se exprimem na luta de classes, no seio da conformação capitalista. Não que isso não tenha ocorrido tradicionalmente na produção teórica do serviço social brasileiro, no entanto, com o

---

<sup>8</sup> Espaço político-acadêmico da área do Serviço Social que reúne estudantes de graduação, pós-graduação, docentes, militantes sociais e outros profissionais, tendo como proposta articular e potencializar projetos de pesquisa e extensão, vinculados institucionalmente ao IELA/UFSC, nos temas relacionados à Questão Social, trabalho e políticas públicas, na perspectiva latino americana.

avanço do conservadorismo, disfarçado de pós-modernidade, pesquisas que se apoiam na concepção materialista da história são fundamentais para endossar os aportes teórico-metodológicos da profissão.

## 1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

A emergência de análises que resgatem na historiografia do Contestado a essência dos processos que se configuraram no território desde a guerra sertaneja, gestados antes mesmo do conflito, são percursos significativos e importantes para romper com a invisibilidade e o abandono do povo caboclo. O estudo apresentado encontra guarida nessa perspectiva. Muito mais que conhecer a realidade, é necessário que esse conhecimento possa nos munir para intervir nessa realidade e quando tratamos sobre o Contestado, isso se mostra cada vez mais urgente e necessário.

Por isso investigar densamente as relações sociais que se estabeleceram com o desenvolvimento do capitalismo na região do Contestado, no âmbito da revolta sertaneja e suas interlocuções, é assumir uma posição em favor do povo caboclo, que desde sempre vivencia o abandono e a miséria, naturalizados e individualizados no jargão do “pouco esforço”, fruto da ideologia dominante que busca legitimar e garantir a ordem de exploração presente.

Na mesma medida, é vital que as investigações sobre o Contestado objetivem problematizar os “fatos históricos”, postos usualmente de forma inerte e isolados da totalidade, e que acabam alimentando o senso comum e sustentando o constructo ideológico de opressão. Portanto, a presente dissertação versa contribuir na discussão sobre o processo de amadurecimento da transição do capitalismo brasileiro, fundamental para entender a formação sócio histórica do país e da região<sup>9</sup>.

Com fulcro na TMD, estudar o terreno fértil que é o Contestado em luta permite, ainda que seja com as limitações de uma dissertação de mestrado, contribuir com os estudos histórico-críticos que localizam o debate sobre a propriedade da terra

---

<sup>9</sup> Importante destacar que as condições históricas presentes no Contestado, desde antes do conflito, não são exclusivas desse movimento. São parte da constituição histórica do desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil e em todo mundo, com particularidades em cada local e tempo histórico. Portanto, necessário reafirmar que a compreensão da engrenagem geral do capitalismo é indispensável para compreensão dos fenômenos que se apresentaram no território estudado.

e o trabalho no âmbito da luta de classes, desvendando as contradições próprias e singulares do modo de produção capitalista na América Latina.

O objetivo geral do trabalho é analisar como se estruturou o processo de pauperização da população cabocla do território do Contestado. Para atingir o objetivo proposto, foi indispensável aprofundar o conhecimento sobre o território do Contestado e apontar alguns índices quantitativos da realidade desse território, no século XXI. Foi necessário também analisar o surgimento do capitalismo na região e a dinâmica do poder político que se perpetuou e desencadeou uma profunda desigualdade social, que se manifesta no cotidiano dos sujeitos. Finalmente, elencar as nuances de uma estrutura de opressão que invisibiliza e oculta a pobreza da população cabocla.

## 1.2 MÉTODO E PERCURSO METODOLÓGICO

A categoria referenciada por Marx como totalidade é o caminho necessário para extrair o máximo de determinações do objeto a ser desvendado. Isso não quer dizer que seja possível conhecer todos os fatos concretos, pois a realidade social é dinâmica e está em constante movimento. No entanto, diferentemente de um grande número de pesquisas que tem recortado fragmentos da realidade buscando explicar fenômenos isolados, sem retornar ao todo concreto, a totalidade é um percurso científico de produção do conhecimento que descortina as múltiplas determinações incorporadas no aparente que, quando analisado, se apresenta de modo muito mais complexo, ou, como elencado por Marx, “como uma rica totalidade de muitas determinações e relações”. (MARX, 2011, p.54).

Somente abstraindo as mediações do nosso objeto de estudo é possível reconstituir as relações entre as partes para reagrupá-las, tal como uma organicidade. “A separação como parte do processo de análise, diferente da fragmentação, permite um aprofundamento parcial, mas o retorno ao conjunto articulado é fundamental ao processo”. (PRATES, 2012, p.117).

Por isso, mais do que conhecer os fenômenos, há que se desvendar as contradições e múltiplas determinações que permeiam essa realidade, para além dos fatos isolados e recortados do todo. Essa premissa sustenta a possibilidade de que a produção de conhecimento, por meio de uma pesquisa com profundidade, possa

significar a transformação dessa realidade e disso decorre o posicionamento, antes de tudo político, ao adotar o método de Marx.

Diante do avanço conservador no campo das ciências sociais, Coutinho indica que “a filosofia da decadência se torna, cada vez mais, um pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas da realidade” (2010, p. 36) e complementa que “exatamente por se limitar à apreensão imediata da realidade, em vez de elaborar as categorias a partir de sua essência econômica, que o pensamento da decadência serve ideologicamente aos interesses da burguesia” (2010, p.39). Portanto, romper com as deformações dessa “miséria da razão”, nas palavras do autor, é deslindar a essência do real.

Toda teoria social implica um projeto de sociedade (NETTO, 2011), por isso a opção pelo materialismo histórico dialético, no desenvolvimento desse estudo. O pensamento crítico de Marx está vocacionado a intervir na luta de classes, em favor da classe trabalhadora e comungo desse pensamento, em toda minha trajetória acadêmica e profissional.

Assim, o método marxiano preconiza que devemos partir da realidade tal qual ela se apresenta e abstrairmos as contradições e mediações do objeto de estudo e as categorias constitutivas desse objeto para voltar a essa realidade reconstituída, ao concreto pensado.

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2007, p.256-257).

No exercício científico de produzir conhecimento, a totalidade e a historicidade são premissas fundamentais na compreensão dos fenômenos sociais para dimensionar o encontro dialético entre o todo e a parte, entre a particularidade e a totalidade. Por isso, o pressuposto teórico-metodológico elegido parte da compreensão das leis gerais do modo de produção capitalista, e repousa sobre as particularidades do continente latino-americano, entendendo que essas particularidades analisadas desde dentro, trazem elementos mais complexos e importantes para o estudo que nos propomos a desenvolver.

Sem qualquer pretensão de fundamentar exclusivamente a discussão com referenciais teóricos latino-americanos, é essencial remeter nosso debate à

necessária crítica ao Eurocentrismo, presente em grande parte da produção científica que busca explicar a realidade da América Latina desde os países centrais. Narrar a totalidade requer pensar cá e lá em um processo dialético que evidencia as contradições próprias do sistema, sem desconsiderar suas singularidades históricas.

Os historiadores das zonas periféricas, ou dependentes, são levados pela dinâmica do fenômeno de dependência cultural – que não estudaremos aqui – a escrever a história de seus países empregando problemática, critérios metodológicos, técnicas e conceitos elaborados nas regiões mais adiantadas. Entretanto, as realidades históricas em função das quais foram elaboradas estas ferramentas teóricas e estes instrumentos de análise são, freqüentemente, bem diversas das que têm de ser estudadas no caso dos países do chamado “Terceiro Mundo”. (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983, p. 63).

A vertente marxista da Teoria da Dependência, que embasa a pesquisa em questão, fundamenta o plano teórico-categorial de análise por meio do qual é possível compreender a constituição e configuração histórica dos determinantes econômicos, políticos e sociais inscritos no continente.

Nesse sentido, pensar o Contestado pelo viés teórico da TMD requer também situá-lo nos processos que configuraram as relações sociais de dominação historicamente determinadas, especialmente no solo latino-americano, sobretudo revelando a essência violenta que subjaz a aparência de naturalidade que o senso comum propaga.

A pesquisa parte, porém, da historiografia crítica do movimento do Contestado para identificar as mediações que desvelam o processo de pauperização que acompanha a população cabocla do território em que ocorreu a Guerra do Contestado, no início do século XX.

O desenvolvimento de uma pesquisa exploratória foi o caminho percorrido, buscando elucidar alguns pontos ainda latentes sobre o tema proposto, mas que, mais do que isso, elencou alguns pontos importantes que provocarão debates futuros, trazendo a discussão do Contestado para a descortinação necessária.

Assim, o procedimento metodológico adotado foi pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (1995, p.72), esse tipo de pesquisa “é indispensável nos estudos históricos”, posto que “não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários”. O procedimento escolhido nos permitiu analisar qualitativamente as principais e mais relevantes pesquisas sobre o tema, fornecendo os parâmetros analíticos para subsidiar o exame do objeto proposto.



Além disso, a consulta às bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA e Ministério da Cidadania, permitiram o levantamento de índices atuais que deram um panorama sobre as condições de vida da população, de modo introdutório.

Dessa forma, a dissertação tem como percurso analítico, inicialmente, compreender a formação sócio histórica do território do Contestado, para em seguida analisar a estrutura da acumulação X pauperização no Contestado e como essa estrutura consolidou um constructo político-ideológico de opressão da população cabocla.

No capítulo dois, referente a formação do território, foi possível identificar a contradição entre as narrativas de desenvolvimento e progresso que permeiam o Sul do Brasil e os dados relativos aos índices sociais e econômicos da porção do território do Contestado. Essa simbiose entre passado e presente revelou as contradições que se materializam na realidade dos sujeitos do Contestado.

No capítulo três, foi indispensável a retomada da literatura clássica marxista para compreender os processos que configuram a acumulação capitalista, desde sua gênese até a forma como se particulariza na América Latina e se expressa na realidade brasileira. Essa base teórica é fundamental para explicar os fenômenos que se manifestam no Contestado. De um lado a chegada do desenvolvimento para alguns, de outro o aumento da miséria para outros.

No capítulo quatro, brevemente, objetivou-se elaborar uma síntese, a partir da retomada histórica dos capítulos anteriores, da realidade que se apresenta nos dias de hoje no cotidiano dos sujeitos do território do Contestado, na qual se identifica uma estrutura político-ideológica de opressão da população cabocla, tornando-a invisível e negligenciada.

## 2 UM SÉCULO DE GUERRA: DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO À INVISIBILIDADE CABOCLA

O sul do Brasil aparenta uma imagem de progresso e de desenvolvimento diante da imensa disparidade social e econômica do país. Apresentando índices que até corroboram com esse retrato, as condições de vida da população se apresentam como as melhores do país e o avanço de diversos segmentos da economia denotam um grau superior de desenvolvimento, em detrimento de outras regiões.

Esse sofisma da riqueza sulista é aceito e defendido por grande parte da população local como uma realidade factual, e resulta, inclusive, em propostas de movimentos separatistas<sup>10</sup>, do restante do Brasil. Compor essa porção territorial, por si só, já valida uma superioridade fictícia para determinados grupos da população.

Quando delimitamos nosso olhar ao estado de SC, isso se torna mais evidente, pois é grande o espaço ocupado por descendentes de europeus, cuja cultura, modo de organização social e econômica se percebe distinta do restante do país. No estado, de modo mais tímido, ficam os grupos “nacionais”, de caboclos, indígenas, pretos ou pardos, ocultos pela europeização do território, muitos incorporados ao modo de vida trazido pelos imigrantes europeus. A invisibilidade de alguns grupos étnicos é expressa pela ausência ou mesmo usurpação de seus costumes e modos de vida no cotidiano local, além da falta de acesso aos direitos básicos.

Ao pesquisar e analisar os índices sociais e econômicos do estado de SC, observa-se algumas incoerências entre as narrativas de desenvolvimento e a realidade concreta de alguns locais, revelando territórios com elevados números relativos à desigualdade social e econômica. Especialmente a porção central do estado merece nossa atenção, por se tratar de território bastante diverso e pouco compreendido historicamente, e que abrange a região onde ocorreu a Guerra do Contestado, no início do século passado.

A deturpação da história dessa porção do território reforça processos de ocultação de uma realidade social muito mais perversa do que aparenta. Quando

---

<sup>10</sup> O mais conhecido é o movimento *O Sul é meu País* que propõe a emancipação política e administrativa do Sul do Brasil e que ganhou força nos últimos anos, através das consultas populares informais, denominadas Plebisul.

analisados na dinâmica da luta de classes, esses processos revelam a contradição própria do sistema capitalista: de um lado, o aumento da riqueza, do outro, o aumento, na mesma proporção, da pobreza.

É notório que índices são importantes, mas insuficientes para explicar determinada realidade. Por isso é tão necessário descortinar as múltiplas determinações incorporadas no aparente, que quando abstraídas e mediadas, se apresentam “como uma rica totalidade de muitas determinações e relações”. (MARX, 2011, p. 54).

Sobretudo, a reapropriação histórica do Contestado é fundamental para essa construção, pois é na simbiose entre passado e presente que se revela a essência de uma contradição que se materializa no cotidiano dos sujeitos do território. Por essa razão, nosso percurso nesse capítulo, tem o intento de apresentar alguns dados sobre o território do Contestado e que buscam trazer apontamentos importantes para compreendermos essa realidade, para além do aparente. É o nosso ponto de partida.

## 2.1 O TERRITÓRIO DO CONTESTADO

O exercício metodológico de iniciar nossa análise a partir do Contestado de hoje, se apropriando do seu passado de luta, nos permite criar os vínculos históricos que buscam desvendar a essência de uma realidade oculta pelo discurso do sul rico propagado. A reapropriação histórica do movimento social Contestado, do início do século XX, no bojo da luta de classes, tem o dever de romper com o discurso hegemônico dos militares e da elite local que ganhou expressão como a única versão aceita no período logo após o conflito e que reflete até hoje um processo de negação do caboclo na região.

Pensar a realidade do território do Contestado de hoje é voltar ao Contestado do passado e reconstruí-lo historicamente, a partir das suas contradições. Por isso uma definição de território meramente geográfica não cabe nesse estudo. “Partir dos próprios espaços concretos de vivência pode significar também uma imersão na história do lugar onde se vive e dos seus sujeitos construtores”. (KOGA, 2011, p.40).

Por isso é tão importante compreendermos que território, conforme assinala Milton Santos (2000 *apud* KOGA, 2011), só tem sentido conceitual quando consideramos também os atores que se utilizam do espaço, ou seja, a concepção de

território não se esgota nos seus limites geográficos, mas na relação que as pessoas têm com esse território. É, portanto, indispensável compreender os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais, ao definirmos nosso *locus* de estudo.

Parte das atuais mesorregiões oeste, serrana e norte catarinense compõem o território que no passado foi local da Guerra do Contestado. Apesar de nem todas as cidades dessas mesorregiões terem vivenciado batalhas ou sediado redutos, é notório que o movimento imprimiu reflexos em toda essa porção do território catarinense e parte do território paranaense.

As mudanças trazidas no contexto da guerra, exasperaram a disputa pelo território entre os governos do PR e SC, mas também evidenciaram o poderio dos coronéis que dominavam politicamente a região. A necessidade de manutenção desse poder político fez com que o coronelismo atuasse com vigor na Guerra do Contestado.

A assinatura do Acordo de Limites, em 20 de outubro de 1916, que encerrou a disputa litigiosa por território entre Paraná- PR e SC, definiu, em certa medida, as fronteiras da região, configurando a divisão entre os dois estados. (ATLAS GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, 2016). Desde então a evolução da divisão político-administrativa e geográfica estabeleceu limites municipais e regionais, culminando com a organização do território geopolítico que temos hoje.

A região em questão ainda passou por processos de reconfiguração, como por exemplo a criação do Território Federal do Iguaçu, em 1943<sup>11</sup>, no governo de Getúlio Vargas. Essa nova organização durou apenas três anos e o território criado voltou a ser incorporado nos estados do PR e SC.

Atualmente, a lei estadual complementar n. 571 de 24 de maio de 2012<sup>12</sup> delimita a Região Metropolitana do Contestado, para fins de organização administrativa e política, composta por 45 municípios. No entanto, a área que

---

<sup>11</sup> O Território Federal do Iguaçu foi um dos territórios criados pelo governo Getúlio Vargas em 1943, juntamente com quatro outros territórios: Amapá, Rio Branco, Guaporé e Ponta Porã. O objetivo era a ocupação e a nacionalização de fronteiras, buscando evitar uma tentativa de expansão de outros países, pois essas áreas eram pouco povoadas e desassistidas pelos governos dos estados. Em relação ao Território do Iguaçu, parte dos estados de Santa Catarina e Paraná foram perdidos, o que desagradou os governos locais, já que essas áreas eram consideradas zonas de expansão, além de perder para a União os bens já implantados na região. O território perdurou até 1946, retornando a área aos estados. (ATLAS GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, 2016)

<sup>12</sup> Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-571-2012-santa-catarina-institui-as-regioes-metropolitanas-do-extremo-oeste-e-do-contestado-e-altera-a-lei-complementar-n-495-de-2010-que-institui-as-regioes-metropolitanas-de-florianopolis-do-vale-do-itajai-do-alto-vale-do-itajai-do-norte-nordeste-catarinense-de-lages-da-foz-do-rio-itajai-carbonifera-de-tubarao-e-de-chapeco>

vivenciou o conflito agrega hoje mais de 60 municípios<sup>13</sup>, considerando principalmente parte das regiões Norte/Nordeste Catarinense e Serrana.

Sobre a compreensão desse território, para além dos limites geográficos, Di Méo sinaliza:

[...] O território geralmente abstraído, idealizado, vivido e sentido mais que visualmente referenciado e circunscrito (quando não se trata de essência estritamente política), engloba os lugares que se singularizam, em sua diferença, por seu valor de uso, por seu alcance real. (DI MÉO *apud* KOGA, 2011, p.38).

Corroborando com o sentido de território vivido, para o desenvolvimento do nosso estudo, elencamos uma região menos delineada pelos limites geográficos atuais. Corresponde, portanto, a todo o território que foi palco da luta por terra do movimento do Contestado e que vivenciou a chegada do capitalismo de forma violenta, no fim do século XIX e início do século XX. A importância e o reflexo que o movimento social do Contestado imprimiu na região abarcou uma área muito maior do que o reconhecimento geográfico pode delimitar<sup>14</sup>.

Os locais nos quais se formaram redutos, as vilas por onde passava a estrada de ferro, os municípios que dispunham de lideranças civis que comandavam a região, os lugares de combate, enfim, cada lugarejo e pessoa, na época, sentiu os efeitos da insurreição cabocla.

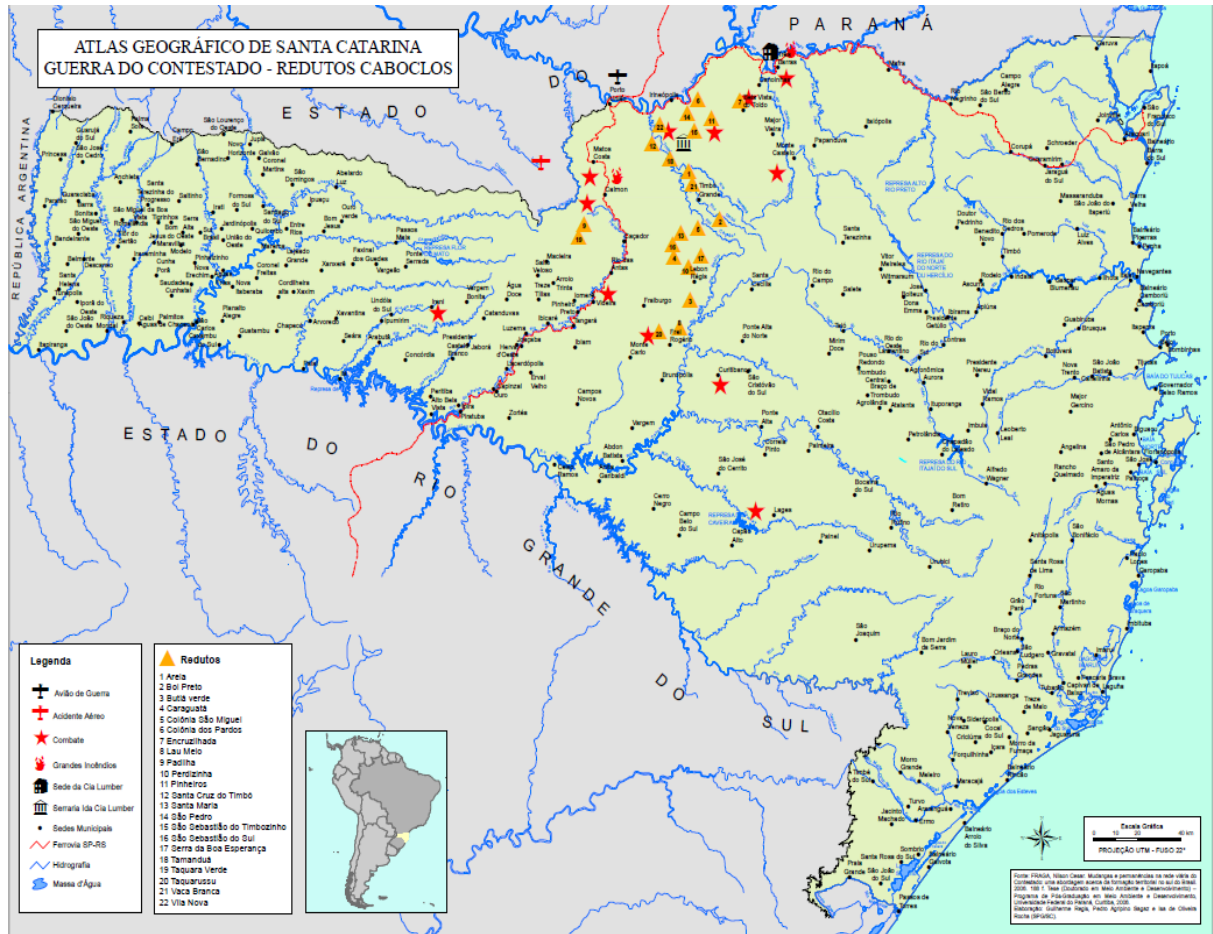
Abaixo apresentamos um mapa com os principais pontos de localização dos redutos e combates, e a localização do ramal da estrada de ferro entre Porto União da Vitória e Marcelino Ramos:

Figura 1- Mapa sobre os principais pontos de localização dos redutos e combates

---

<sup>13</sup> O núcleo metropolitano, conforme a lei estadual, é composto pelos municípios de Abdon Batista, Água Doce, Alto Bela Vista, Arabutã, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Celso Ramos, Concórdia, Erval Velho, Fraiburgo, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Ipumirim, Irani, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Ouro, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Presidente Castello Branco, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Treze Tílias, Vargem, Vargem Bonita, Videira e Zortéa. Vale considerar que quando nos referimos esse quantitativo de mais de 60 municípios, estamos trabalhando com um número aproximado, considerando a área geográfica de abrangência.

<sup>14</sup> Opta-se por não delimitar por municípios a área pesquisada, entendendo que no período histórico onde se desenvolveu o movimento do Contestado, boa parte da região Oeste, Serrana e Norte de SC sofreram os impactos do desenvolvimento capitalista e das mudanças trazidas pela usurpação da terra. No decorrer do trabalho, apresentaremos o território definido por municípios, a fim de compreender os dados atuais relativos aos índices sociais e econômicos.



Fonte: Atlas Geográfico de Santa Catarina (2016)

Segundo Auras (2015), a área de aproximadamente 28 mil km<sup>2</sup>, situada ao sul do rio Iguaçu e ao norte do rio Uruguai, na época do conflito do Contestado, era pouco habitada e a população se concentrava nos escassos municípios e pequenos vilarejos. De acordo com dados levantados pela autora, em 1915, a população desse território era de aproximadamente 57.000 habitantes, dividida em apenas cinco municípios, enquanto a população total do estado era de cerca de 556.000 habitantes (AURAS, 2015).

Lages, já era, nesse período, uma importante cidade. Fundada ainda na capitania de São Paulo- SP, era um local de referência no Caminho das Tropas, estrada que interligava o comércio de animais de Viamão à Sorocaba. Em 1820, o município passou à jurisdição de SC, no entanto, mantinha relações econômicas, culturais e demográficas muito mais estreitas com paulistas e gaúchos, do que com o litoral catarinense (MACHADO, 2004). Isso contribuiu, de certa forma, para a ocupação do território por migrantes de SP, PR e Rio Grande do Sul- RS.

No ápice ferroviário do início do século XX, a construção do trecho da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – EFSPRG foi oferecida em concessão pelo governo federal para a empresa estadunidense *Brazil Railway Company*, vinculada ao Sindicato *Farquhar*. A estrada acompanhava o leito do rio do Peixe e a empresa recebeu o direito de explorar as terras devolutas até 15 quilômetros ao lado de cada margem da ferrovia<sup>15</sup>. A partir disso, famílias de sitiantes e posseiros, que historicamente viviam no local, foram violentamente expropriadas de seus domínios.

A questão da ferrovia e da usurpação das terras ocupadas tradicionalmente pela população cabocla são elementos fundamentais para analisarmos o movimento do Contestado. Os processos de (re)ocupação do território que se consolidaram a partir da concessão de terras à *Brazil Railway Company* e da dispersão das famílias caboclas, após a Guerra do Contestado, se estenderam por uma faixa muito maior que as margens da ferrovia e os locais de conflito, propriamente ditos.

Além disso, consonante à expugnação das terras para a ferrovia, Vinhas de Queiroz (1966) destaca que a estrutura de concentração fundiária adotada no Império, foi mantida com a Proclamação da República e as áreas de terra que antes eram desocupadas foram sendo incorporadas na grande propriedade.

Segundo o autor “a propriedade das terras públicas passou do governo central para os Estados, e estes, cujos governos eram controlados pelos *coronéis*, distribuíam barato pelos chefes políticos e seus amigos”. (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p.64 – itálicos originais). Os caboclos que conseguiram se embrenhar no sertão, se apossaram das escassas terras ainda livres, parte delas ainda tomadas pelas empresas colonizadoras posteriormente, revelando a opressão e a violência do período.

### **2.1.1 O processo de ocupação do território do Contestado**

O traçado da Serra geral que corta SC e divide a porção litorânea do restante do território, foi fator geográfico limitante para a abertura de caminhos e do povoamento da região em questão, pelo governo catarinense. Até 1873, Lages era o

---

<sup>15</sup> A exploração das terras nas margens da ferrovia foi conduzida pelas empresas subsidiárias: *Brazil Development & Colonization Company* e a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*,

único município serra acima e seu território incluía toda a área do planalto serrano catarinense. (MACHADO, 2004).

Segundo Vinhas de Queiroz (1966), quando chegaram os primeiros desbravadores, as terras entre o rio Iguazu e Uruguai eram habitadas por indígenas de etnias Kaingang e Xokleng. Antes disso, índios Guaranis e Carijós teriam habitado a região abrindo caminhos por entre as matas, trechos estes que, mais tarde, foram utilizados por expedicionários europeus, que passavam pelo território.

O mesmo autor relata que, quando Lages foi fundada pela capitania de SP a intenção era proteger a região de ataques de índios missioneiros. Apesar da vila nunca ter sofrido qualquer ataque, seus pioneiros promoveram verdadeiros massacres da população indígena originária, o que garantiu a ampliação das áreas de fazenda nos arredores do lugar.<sup>16</sup>

A partir do século XVIII, foram chegando à região pessoas de procedências diversas. “Descendentes de portugueses e paulistas, ex-escravos ou escravos fugidos, índios destribalizados e outros europeus desgarrados, aventureiros, fugitivos ou empreendedores, ocuparam terras do sertão”. (MARTINS E WELTER, 2018, p. 95). Segundo os autores, os caboclos descendem desse grupo.

Nesse período, o Caminho das Tropas ligava o Sul até a parte central do país, com o comércio de muares. Essa prática estava diretamente vinculada às principais atividades da economia brasileira na época: mineração e a cafeicultura, pois fornecia os animais de tração, utilizados como meio de transporte nas estradas sertanejas, especialmente antes das ferrovias. A estrada de Viamão à Sorocaba, passava pelo planalto catarinense e isso intensificou o povoamento e a criação de vilas, como Curitiba e Campos Novos, locais de pouso de tropeiros.

Com o caminho das tropas, formou-se um longo curso de fazendas de internada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorda do gado extenuado pelas longas jornadas, o que acabou por transformar esta região em fronteira de expansão da pecuária paranaense e gaúcha. (MACHADO, 2004, p.61).

Concomitante ao tropeirismo, o desenvolvimento da pecuária, da extração da erva-mate e da agricultura de subsistência se intensificou no território e fez crescer uma população de pequenos e médios agricultores. Vendiam ou trocavam o

---

<sup>16</sup> Sobre essa discussão, importante a leitura de alguns autores, dentre eles Jacob Gorender.



excedente de suas produções aos tropeiros e aos comerciantes litorâneos, em troca de sal e outros produtos.

Vinhas de Queiroz (1966), ao relatar sobre a ocupação das vilas que se formaram no território catarinense no fim do século XIX e início do século XX, descreve que o local mais importante, depois de Lages, era Curitibanos. Segundo o autor, a vila se fundou a partir de uma parada de tropeiros, mas desenvolveu, com o tempo, a produção e a comercialização do fumo. Além dela, Campos Novos, contava com apenas 500 moradores, mas era, no período, um “razoável centro comercial e um lugar de atividade manufatureira relativamente grande” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 34). Canoinhas, também com cerca de 500 moradores tinha como principal fonte de comércio a erva-mate.<sup>17</sup>

O declínio do tropeirismo ocorre na segunda metade do século XIX, com a ascensão das ferrovias como meios de transporte mais eficientes, diante de lugares ainda pouco desbravados (MACHADO, 2004). As concessões de terras às empresas construtoras das estradas de ferro, previam que essas criassem também estradas de rodagem e pontes, facilitando o acesso aos escassos municípios, além de impulsionar o processo de colonização.

A erva-mate que, no início do século era extraída basicamente para o consumo doméstico, após a independência do Brasil, passou a ser direcionada a um comércio mais regular. Destaca Machado (2004) que o produto que era extraído no planalto sul era destinado ao comércio com o Rio Grande do Sul e a erva-mate extraída no planalto norte era encaminhada para exportação, através dos portos de Paranaguá e São Francisco.

Importante salientar que o sistema de comércio da erva-mate também acentuou um sistema de diferenciação social, à medida que crescia a demanda pela exportação do produto. Vinhas de Queiroz (1966) relata que o comércio de erva-mate originou fortunas nos estados de PR e SC, pois os intermediários ficavam com a maior parte do lucro, seguidos dos fazendeiros e bodegueiros<sup>18</sup>. As famílias que faziam os

---

<sup>17</sup> Além dessas, vale destacar a primeira colônia de imigrantes fundada no território, em 1891, a colônia Lucena, formada por ingleses e poloneses, na região de Itaiópolis e ucranianos, em Papanduva. (KLUG; SANTOS; LIMA, 2018). Importante salientar que essas colônias pertenciam ao estado do Paraná, quando fundadas, sendo incorporadas à Santa Catarina, somente após o Acordo de Limites.

<sup>18</sup> Comerciantes que trocavam produtos por erva-mate, a preços bem inferiores do que era pago na venda direta. (VINHAS DE QUEIROZ, 1966)

cortes nos ervais “mal ganhavam às vezes para comer durante a maior parte do ano”. (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 27).

Este foi o destino dos pioneiros do mate. Nos primórdios do século XX, quando as estradas de ferro penetraram na área e adquiriu vulto a indústria da madeira, entre eles se recrutaram os torreiros e os trabalhadores das serrarias. Era uma gente acostumada à mata e que aos novos donos da mata permaneceu agrilhoada. (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 28).

A partir da Lei de Terras, de 1850, o processo de colonização estrangeira ganhou dimensão em todo estado de SC. Foram fundados diversos núcleos coloniais, serra abaixo principalmente, os quais eram formados majoritariamente por imigrantes alemães e italianos. Nesse período foram criadas as colônias no vale do Itajaí, norte e sul do estado e algumas na região de Desterro. (KLUG; SANTOS; LIMA, 2018).

A Lei de Terras vedava adquirir terras devolutas<sup>19</sup> através de doações feitas pela coroa ou por posse, sendo a compra o único meio de obtê-las. Antes disso, a terra era parte do patrimônio pessoal do rei e eram concedidas de acordo com o status social do postulante, suas contribuições ao império ou seus predicados pessoais. (COSTA, 1979).

Conforme assinala a autora supracitada, após a Lei era possível regularizar a posse ou validar os títulos dos terrenos que não haviam sido registrados anteriormente, desde que comprovada a ocupação e a exploração das terras e o pagamento de taxas. A terra passa então a adquirir características cada vez mais mercadológicas e tem seu preço consideravelmente aumentado. Isso não quer dizer que anteriormente não houvesse compra de terras ou grande concentração fundiária com a intenção de ampliar os domínios, porém, a partir da legislação, a propriedade privada da terra é amplamente legalizada e incorporada pelos interesses econômicos de grupos privilegiados.

A passagem do “período no qual a propriedade da terra significava essencialmente prestígio social, para um período no qual ela representa

---

<sup>19</sup> De acordo com o artigo 3º da Lei de Terras de 1850, são terras devolutas: “§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal. § 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura. § 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei. § 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.” (BRASIL, 1850).

essencialmente poder econômico”. (COSTA, 1979, p.129). Esse novo atributo da terra reduziu, portanto, as áreas destinadas à agricultura de subsistência, estimulando a incorporação dessa mercadoria à economia comercial e industrial em ascensão, expandindo assim áreas cultivadas para fins comerciais (COSTA, 1979).

Assim, as terras mais favoráveis para a criação de gado foram logo anexadas e regulamentadas pelos grandes fazendeiros. Nas proximidades, em terrenos de mato, se fixavam pequenos sitiantes e posseiros que transformavam a mata fechada em campo para agricultura de subsistência e pequenas pastagens, conforme destaca Machado (2004). “Com muita frequência, eram alvo da grilagem dos grandes fazendeiros, principalmente depois que conseguiam produzir novas pastagens” (MACHADO, 2004, p.74).

Com a proclamação da República, em 1889, surgiram novas frentes de expansão da colonização europeia. Isso se deu em razão da Constituição de 1891 transferir aos governos estaduais a prerrogativa de legislar sobre as terras devolutas e o processo de colonização. (MACHADO, 2004). Assim, a ocupação do oeste do estado, por colonos estrangeiros, teve maior impulso no início do século XX, com a chegada das companhias colonizadoras, algumas delas vinculadas às empresas de exploração das florestas de araucária.

É o caso da *Brazil Development & Colonization Company* e da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, subsidiárias da empresa ferroviária *Brazil Railway Company*, vinculada ao sindicato Farquhar. A empresa *Lumber*, como ficou conhecida a responsável pela exploração da mata, estabeleceu duas serrarias na região e extraía grande quantidade de madeira diariamente, sendo considerada no período a maior companhia madeireira da América do Sul<sup>20</sup>. Além da exploração da madeira nas terras às margens da ferrovia, contava com contratos junto aos fazendeiros da região para extração de araucárias e madeiras nobres de suas propriedades. A empresa detinha o controle dos meios de transporte para os portos do litoral, dificultando a operacionalização por parte das pequenas serrarias já estabelecidas na área. (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

---

<sup>20</sup> Nas informações descritas por BORELLI *apud* AURAS (2015), uma única serraria da *Lumber* cortava 300m<sup>3</sup> de madeira diariamente.

As terras, ocupadas na sua maioria por sertanejos, foram desapropriadas violentamente nesse período, garantindo às empresas a exploração dos ricos recursos naturais e abrindo espaço para o processo de colonização europeia. Isso agravou consideravelmente as condições de vida da população que já habitava essas localidades e usufruíam dessas terras para sua subsistência.

Destaca Borelli sobre a ação da Lumber:

Se os moradores estabelecidos nesse território se recusavam a sair, a companhia enviava seu “corpo de segurança” para expulsá-los. Essa força paramilitar era composta de duzentos homens que agiam sem a menor complacência contra o caboclo, incendiando lhes as casas e roças e, às vezes, até massacrando suas famílias. (BORELLI *apud* AURAS, 2015, p. 45).

Os primeiros anos após o término do movimento do Contestado intensificaram novamente o processo de ocupação europeia do território, principalmente por colonos das chamadas “velhas colônias” do RS. Segundo Valentini (2009), vários núcleos coloniais foram criados às margens da ferrovia, oferecendo lotes, sementes e utensílios agrários aos colonos, que deveriam pagar com o resultado de suas colheitas nos anos seguintes. “Além disso, a companhia criaria mercado para os produtos nas estações das suas linhas férreas”. (VALENTINI, 2009, p.118).

Nesse período, grande parte das empresas que colonizaram o território em questão e o oeste catarinense tinham sede no Brasil, principalmente no RS e impulsionavam a compra das terras por imigrantes já estabelecidos no país. Grandes famílias de imigrantes careciam de mais terras para seus descendentes e afirmavam que, pelo mesmo preço, as terras catarinenses eram mais produtivas e maiores do que as do RS. (RENK, 1997).

O processo de colonização do território por imigrantes estrangeiros ainda perdurou até meados do século passado. No território do Contestado foram criados um núcleo colonial austríaco, próximo a Cruzeiro (Joaçaba), que atualmente é a cidade de Treze Tílias, e uma colônia japonesa na região de Curitibaanos, atualmente Frei Rogério.

Quanto à população cabocla, os que sobreviveram ao genocídio que a Guerra do Contestado produziu foram relegados às regiões mais isoladas, despojados de terra e de trabalho. Em um bilhete encontrado no bolso de um caboclo, morto em um

dos combates, dizia: “Nóis não tem direito de terra, tudo é pra gente das Oropa”. (ASSUNÇÃO apud AURAS, 2015, p.48).<sup>21</sup>

As nefastas justificativas de que o território colonizado era desabitado ou que as populações caboclas não sabiam produzir em lavouras foram sustentadas por muitos anos para manter firme o alicerce da colonização estrangeira. Até hoje essas narrativas estão presentes no cotidiano do território.

### **2.1.2 A dominação política do Coronelismo**

A estrutura fundiária que foi se estabelecendo, a partir da ocupação do território do Contestado, moldou também uma forma de divisão social entre os habitantes da região. As camadas sociais eram estabelecidas a partir de uma hierarquia, na qual os grandes possuidores de terras detinham mais prestígio político e econômico.

Vinhas de Queiroz (1966) apresenta uma tipologia que, de acordo com a terminologia usualmente utilizada pelos sertanejos, escalonava a sociedade da época: eram os coronéis, fazendeiros, criadores ou meio-fazendeiros, lavradores, agregados e, por último, peões.

Explica o autor, que os coronéis eram os chefes políticos de cada localidade e seu poder era legitimado por uma lógica corporativa, na qual o apoio político e decisório vinha principalmente dos demais coronéis e do governo estadual, também calçado no coronelismo<sup>22</sup>.

Quase sempre dispunham da maior porção de terras da localidade, donos de grandes propriedades rurais as quais eram habitadas por agregados ou peões que lhe

---

<sup>21</sup> Importante destacar como o processo de acumulação de capital impôs mudanças que hierarquizaram os trabalhadores em todo o país. A política de branqueamento adotada incidiu sobre a fragmentação política, econômica e social da classe trabalhadora, na qual o trabalhador nacional foi classificado abaixo do trabalhador branco, europeu, imigrante.

<sup>22</sup> Um exemplo alusivo foi o mandato de Vidal Ramos, principal chefe político de todo o planalto serrano, como governador do estado de Santa Catarina entre 1910 e 1914. Além disso, Vidal Ramos relata que sua participação política se deu inicialmente por influência do prestígio político do seu pai, Vidal Ramos Sênior e, após o término da Revolução Federalista, sua liderança no partido político serrano era amplamente legitimada pelos principais chefes federalistas da região (opositores, no período): “coronéis Cordova Passos, de Lages, Francisco Albuquerque, de Curitiba, Augusto Carlos, de Campos Novos e Genovêncio Mattos, de São Joaquim, foram dos meus melhores amigos e correligionários políticos” (RAMOS, 2005, p.75).

prestavam serviços em troca de um local para estabelecer sua moradia. Esses homens dedicavam sua lealdade ao coronel, e ajudavam a manter o poderio político deste como chefe local, “o coronel dispunha, dessa forma, de grande capacidade de decidir eleições municipais e de influenciar fortemente em eleições estaduais e nacionais”. (MACHADO, 2004, p. 91).

Abaixo dos coronéis, na hierarquia, Vinhas de Queiroz (1966) ainda classifica os fazendeiros, como sendo os que possuíam muitas cabeças de gado e terras abundantes, mesmo que possuíssem apenas a posse. Também contavam com peões e agregados vinculados ao seu grupo, além de sua família extensa. Os criadores ou meio-fazendeiros, eram considerados aqueles que possuíam menor número de cabeças de gado e alguns poucos alqueires de terra, mas que intermediavam as negociações de compra e venda de gado de corte. Os lavradores, que compunham os grupos que vivam da roça, da pequena plantação de tabaco, da criação de porcos, os colonos estrangeiros e os “empreiteiros do mate”.

Além desses, os agregados e peões, que representavam a massa de trabalhadores que dependiam do trabalho direcionado pelos outros grupos citados. Os agregados, prestavam serviços gratuitos ao proprietário em troca do usufruto de um pequeno pedaço de terra. Segundo um autor local, citado por Vinhas de Queiroz, em relação aos agregados expõe que “a sua pobreza era permanente, como era a necessidade de sua existência para a conservação do latifúndio e a prosperidade do pastoreio”. (RIBAS *apud* VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p.41). Já os peões atuavam nos serviços mais pesados, geralmente em troca de comida ou um local para pouso e algumas vezes por poucos trocados.

Importante destacar a análise de Machado (2004) sobre a diferença do poderio dos coronéis na região de Lages e de Curitiba. O autor enfatiza que, enquanto em Lages esse processo de subordinação de agregados e peões aos coronéis era mais estável, em Curitiba essa lealdade não seguia a mesma característica. Muitos peões e agregados buscavam ocupar outras terras, se apossando de espaços mais distante dos vilarejos, além dos inúmeros registros de conflitos entre agregados e fazendeiros. “Em muitas regiões dos vales do planalto norte-catarinense, moravam sitiantes e posseiros independentes, que gozavam de muito maior autonomia ante os coronéis que os agregados e peões de Lages”. (MACHADO, 2004, p. 83).

Outro aspecto importante que o autor enfatiza é que, observando as relações que se estabeleceram no planalto norte, é possível identificar que os líderes locais se afirmavam no seu posto de poder basicamente por conseguirem ter consigo um grande grupo de homens e armas, dispostos a serem mobilizados quando necessário. Mesmo não ocupando espaço na política e sem legitimidade de ação pelo voto, esse perfil de coronel tinha sua liderança confirmada pela força e a atuação de grupos armados em seu favor.

Essa manifestação de poder pode ser compreendida com o desenrolar da Guerra do Contestado, na qual os coronéis conseguiram mobilizar grupos de civis para auxiliar a força militar dos estados e do exército, na luta contra os sertanejos. A atuação dos coronéis antes, no decorrer e, principalmente, depois da guerra, foi marcada por ações abusivas com a intenção velada de ampliar seus domínios e manter a liderança local.

Antes da guerra, a exploração econômica da erva-mate, principalmente dos fazendeiros do planalto norte, conferiu um elevado número de usurpações de posses e a expulsão violenta de sertanejos das terras de subsistência. Além disso, objetivando a expansão fundiária para áreas que antes eram de mata fechada, mas transformadas em campos pela ação dos sitiantes, os grandes proprietários ofereciam preços irrisórios pela posse do outro ou simplesmente regularizam a terra em seu nome. Após as aquisições, revendiam por valores muito maiores do que o custo obtido.

A forma e a extensão das terras apropriadas deviam-se muito mais às condições sociais, históricas e políticas, ao padrão senhorial de ocupação vigente (não apenas) naquele período, no qual a grande fazenda representa a possibilidade do acúmulo de riquezas, do exercício e afirmação do poder político sobre a vizinhança e a comunidade local e, muitas vezes, sua projeção regional. (MACHADO, 2004, p. 78).

No transcorrer da Guerra, a influência direta do coronelismo com os piquetes civis e depois do término do movimento, com a atuação dos grupos de vaqueanos, que trataram de exterminar o que restou de insurretos, demonstrou o mecanismo de opressão que se configurou no território.

Importante compreender que no processo de transformações econômicas ocorridas no território do Contestado, do fim do século XIX para o início do século XX, novas relações políticas também foram se concretizando. Com a chegada dos imigrantes, a propriedade da terra se torna, aos poucos, mercadoria de grande valor

ao mesmo tempo que a produção agrícola é diversificada. A ferrovia, apesar de enfraquecer o comércio de tropas, abria a possibilidade de novos negócios, com o escoamento mais eficiente da produção e do extrativismo (CARVALHO, 2009).

Isso não quer dizer que tenha havido uma mudança na estrutura política, assentada principalmente no coronelismo, entretanto, os grupos dominantes locais tiveram que se adaptar à organização capitalista em ascensão, buscando cada vez mais reafirmar e garantir sua dominação política.

### **2.1.3 A construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – EFSPRG**

O decreto n. 101 de 31 de dezembro de 1835, conhecido como decreto Feijó, foi a primeira tentativa de se estabelecer, no país, um plano ferroviário. Tal decreto, no entanto, não estimulou o interesse por parte de companhias investidoras, o que só se concretizou quase vinte anos mais tarde, já no Segundo Reinado, com a construção da primeira linha ferroviária.

A partir da segunda metade do século XIX, houve um incremento por parte do estado brasileiro para construção de ramais ferroviários por todo país, o que se viu também em outros países da América Latina. Segundo Galeano (1983), a intenção de tais ramais era ligar centros de produção às regiões portuárias. Apesar da concessão de terras para construção das ferrovias ao capital estrangeiro, o estado teve papel fundamental ao garantir que as empresas estrangeiras tivessem êxito em seus investimentos. De acordo com Galeano, “o Estado se preocupou em assegurar às empresas, por contrato, um nível de lucros, para evitar-lhes possíveis surpresas desagradáveis”. (GALEANO, 1983, p.216).

Nos últimos dias do governo imperial, a construção de uma ferrovia que ligaria Itararé, em SP, à Santa Maria da Boca do Monte, no RS – EFSPRG, foi autorizada pelo decreto n. 10.432, de 09 de novembro de 1889, ao engenheiro Teixeira Soares. Poucos dias depois a República era proclamada, entretanto, o compromisso com o engenheiro foi reafirmado por meio de um novo decreto n. 305, de 7 de abril de 1890. (ESPIG, 2008).

O decreto republicano declarava efetiva a cedência já feita anteriormente ao engenheiro para fins da construção da respectiva estrada de ferro, modificando algumas cláusulas, dentre as quais a redução de 30 para 15 quilômetros de cessão



das terras devolutas para exploração, em cada lado da ferrovia, e a exclusão de cláusulas referentes ao estabelecimento de famílias colonas nas margens da via férrea.

A estrada obtivera do govêrno federal uma concessão de terras equivalente a uma superfície de nove quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicado por 18. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Não só por isto, mas também pela subvenção quilométrica, o traçado se desdobrava em exageradas sinuosidades. Dêsse modo, a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande ziguezagueava para todos os pontos cardeais, a furtar-se de pequenas obras de arte. (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 71).

Com negócios em todo país no início do século XX, o estadunidense Percival Farquhar criou, em 1906, a *Brazil Railway Company* e adquiriu pouco depois a Companhia EFSPRG, cujo traçado era muito importante para execução de um projeto maior: a criação de uma ferrovia pan-americana, que integraria todo o sistema ferroviário da América do Sul. (ESPIG, 2008).

No período em questão, o chamado Sindicato Farquhar, além de dispor de armazéns, indústrias, madeireiras e empresas colonizadoras e pecuárias, ainda geria toda a rede ferroviária do RS, a Madeira-Mamoré, a Mogiana, a Paulista e a Sorocabana. (VINHAS DE QUEIROZ, 1966). Um processo de expansão imperialista que contava com o apoio do poder público e de cidadãos influentes locais que exerceram, por vezes, os papéis de representantes legais do grupo<sup>23</sup>.

Importante citar a análise de Galeano (1984), na qual enfatiza que as ferrovias também eram parte da “jaula de ferro” da dependência, estendendo o imperialismo até as economias coloniais.

Na época do auge ferroviário, as empresas britânicas tinham obtido, amiúde, consideráveis concessões de terras em cada lado das vias, além das próprias linhas férreas e do direito de construir novos ramais. As terras constituíam um estupendo negócio adicional: o fabuloso presente outorgado em 1911 à Brazil Railway determinou o incêndio de inúmeras cabanas e a expulsão ou a morte de famílias camponesas assentadas na área da concessão. Este foi o gatilho que disparou a rebelião do *Contestado*, uma das mais intensas páginas de fúria popular de toda história do Brasil. (GALEANO, 1984, p.217).

---

<sup>23</sup> De acordo com Machado (2004), a Brazil Railway e a Lumber cooptaram diversas lideranças locais no período. Affonso Camargo foi advogado da Lumber enquanto atuava como vice-presidente do Paraná, Henrique Rupp era liderança política de Campos Novos e atuou como inspetor de terras da Brazil Railway e Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos, liderança política na região de Lages, era representante da Lumber em 1916.

Da concessão acertada no fim do século XIX, uma parte da EFSPRG já havia sido construída antes da aquisição pela *Brazil Railway Company*. Nos interessa especialmente neste trabalho expor os fatos relativos ao traçado da ferrovia que compreendia o trecho entre o rio Iguaçu e o rio Uruguai, seguindo o curso do Rio do Peixe. Esse traçado foi construído, portanto, quando a ferrovia já estava sob encargo do Sindicato Farquhar.

A construção desse trecho da estrada de ferro iniciou em 1908, conforme sinaliza Vinhas de Queiroz (1966), e para empreitada foram empregados cerca de 8 mil trabalhadores, trazidos inclusive do Rio e de Pernambuco. Segundo o autor, essa massa de trabalhadores, após a construção da ferrovia, foi abandonada à própria sorte na região, pois, ao serem recrutados, recebiam a promessa de que retornariam à sua terra natal ao término da construção, o que não se efetivou.

Machado (2004) enfatiza, porém, que além de trabalhadores de outros cantos do país, habitantes da região foram disponibilizados, principalmente para trabalhos mais pesados na ferrovia. Inclusive o autor desconstrói a narrativa de que a maioria dos trabalhadores tenha sido trazida de outras regiões, pois não há registros fidedignos sobre a proveniência dos trabalhadores da estrada de ferro ou mesmo a certeza de que a maioria tenha vindo “de fora”.

Nesse sentido, o autor complementa que “o desemprego, que ocorre no final da construção da ferrovia, é realmente importante, principalmente para os moradores da região que contavam com essa fonte alternativa de renda” (MACHADO, 2004, p. 146). Pequenos lavradores da região, tanto caboclos quanto colonos europeus tinham, no trabalho na ferrovia, um complemento no sustento familiar, diante do declínio do tropeirismo.

Concomitante à massa de trabalhadores desempregados, a companhia passou a fazer a expulsão dos posseiros que ocupavam as margens da ferrovia, para intensificar a exploração das terras devolutas cedidas. Vinhas de Queiroz (1966) chamou o ano 1911 de “Ano Amargo”, pois foi garantido à *Brazil Railway*, pelo governo paranaense, o seu direito de exploração das terras e a expulsão daqueles que tradicionalmente a ocupavam. A formação de um corpo de segurança pela empresa garantiu a retirada à força dos sertanejos que se negassem a sair.

Sobre a intensificação da grilagem no território, nesse período, Machado explicita:

Para obter a posse direta destes territórios, habitados por posseiros caboclos e até por posseiros legitimados, ou por proprietários de terra diretamente comprada ao estado de Santa Catarina, a companhia valeu-se da força de um contingente armado, comandado pelo coronel Palhares, antigo oficial da polícia paranaense. Este coronel adquiriu fama pelas violências praticadas na região. (MACHADO, 2004, p. 148).

Assim, grande parte da população da região, teve suas fontes de sobrevivência duplamente fragilizadas: a retirada das terras para o plantio de subsistência e o detrimento da economia que se estabelecia em torno da atuação dos tropeiros.

A Lumber, conforme dito anteriormente, empresa responsável pela exploração das terras à margem da ferrovia, intensificou a extração de madeiras que existiam em grande quantidade na região e abriu duas serrarias, uma em Calmon e outra em Três Barras, beneficiando grande quantidade de madeira, no período (MACHADO, 2004). Além das terras cedidas, a empresa adquiriu áreas particulares com vultuosas florestas de araucárias, o que permitiu monopolizar a exploração de áreas nativas.

Os terrenos desmatados eram destinados posteriormente à colonização estrangeira. “Especificamente para a região em contestação, em 1915, são apresentadas medidas para estabelecimento de colônias às margens do Rio do Peixe, com lotes de 25 hectares, aproximadamente”. (RENK, 1997, p. 42-43). Com o apoio dos estados e a influência dos coronéis, a especulação de terras e a venda de lotes para colonos foi um grande negócio no período, principalmente por parte das empresas estrangeiras.

## 2.2 O CONTESTADO HOJE: INVISIBILIDADE E POBREZA

A expansão do modo de produção capitalista no sertão brasileiro ganhou fôlego com a República. A ferrovia trouxe o ideário de modernidade e desenvolvimento, já que garantiria o acesso a lugares pouco explorados, ligaria diferentes regiões do país e permitiria um maior escoamento da produção agrícola e extrativismo. Entretanto, como intitula Galeano (1983), “o desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes”, e a modernidade tão anunciada não chegou para muitos.

Partindo disso, é necessário explicitarmos que o nosso entendimento acerca da pobreza é de que ela não é gerada pela ausência de desenvolvimento, mas é parte estrutural do modo de produção capitalista (SIQUEIRA, 2013). Por isso é tão necessário desconstruir a narrativa da evolução e da inclusão de todos no sistema do capital ou mesmo da superação da pobreza, sem a superação desse modo de produção.

Pouco mais de um século se passou e o território do Contestado sustenta os piores índices sociais dos dois estados que compõe. Uma análise crítica e sólida sobre a pobreza é imperativa no território e a historicidade é elemento central no processo de análise. Portanto, a simbiose entre passado e presente explicita, de certo modo, as contradições próprias da relação capital e trabalho.

Primeiro porque esse movimento busca inicialmente romper a ocultação da pobreza estrutural do território e a invisibilidade das condições de vida da população herdeira do Contestado, seja de origem cabocla ou não. O segundo ponto é que explicitar essa realidade concreta tem a intenção de fortalecer a luta dos trabalhadores, diferente de apenas expor índices sociais, que não correspondem ao real e que muitas vezes são “utilizados” pela tradição liberal de pobreza para “amenizar” os problemas e garantir uma relação de subordinação entre as nações. Mais recentemente, essa quantificação tem sido utilizada para atribuir aos indivíduos a necessidade de “empoderar-se” diante de tamanha diferença imposta pelo sistema.

Adotamos alguns dados para introduzir a realidade que nos propomos a analisar de modo aprofundado. Como dito anteriormente, o território do Contestado se destaca pelos piores indicadores sociais e econômicos do estado de SC, mas isso é insuficiente para compreender a dinâmica de pobreza da região, sobretudo porque alguns dados demonstram pouca discrepância com o restante do estado.

Medir a pobreza qualitativa e quantitativa, assentada em indicadores econômicos, como renda per capita, por exemplo, é apenas introdutório e não refletem a realidade a ser pesquisada. As análises aprofundadas sobre a temática devem pautar a unidade do diverso, a relação contraditória entre pauperização X acumulação capitalista, entre pobreza X riqueza, determinadas historicamente pelo modo de produção capitalista. Esse é o objetivo da pesquisa.

### 2.2.1 Aspectos econômicos

Com o fim da Guerra do Contestado, consolidou-se na região uma nova dinâmica econômica. A atuação das companhias colonizadoras, que dispunham de grande quantidade de terras e o acelerado processo de migração de colonos do RS, o extrativismo da madeira, o uso das ferrovias e a subordinação ao trabalho, nos moldes capitalistas foram as principais ações que caracterizaram essa transição. (GOULARTI FILHO, 2001).

Na primeira metade do século XX, as indústrias extrativista, têxtil e alimentar se solidificaram no desenvolvimento da economia catarinense. Na região do Contestado, a extração da erva-mate tem proeminência nas primeiras décadas do século, mas vai declinando nos anos seguintes. No restante do estado de SC, o negócio se expande até fim dos anos 20 e depois desse período perde força, principalmente pela queda das exportações, já que 80% da produção era destinada ao mercado externo. (GOULARTI FILHO, 2001).

Segundo o autor supracitado, a extração da madeira constituía, no início do século, uma importante fonte de acumulação de capitais, no estado. As extensas florestas de araucárias, juntamente com a atuação das empresas colonizadoras garantiram um grande número de serrarias no planalto serrano, planalto norte e oeste catarinense. “Somente no município de Caçador, em 1936, havia 87 serrarias, passando para 75 em 1940 e 92 em 1944” (GOULARTI FILHO, 2001, p. 60). Apesar da grande potência que era a serraria Lumber, em Três Barras, muitos colonos recém-chegados do RS iniciaram suas atividades no ramo madeireiro e garantiram um acúmulo de capitais que os permitiram desenvolver outros tipos de atividades capitalistas posteriormente, por exemplo, o comércio de alimentos.

Atualmente, a região serrana e norte mantém atividades ligadas a extração madeireira, e na região oeste, essa indústria se manteve como principal atividade econômica até os anos 40, quando o ramo alimentício ganhou destaque. A produção de alimentos na região Oeste, inclusive no Contestado, é iniciada no começo do século XX com a venda de excedentes produzidos pelas pequenas propriedades agrícolas. Especialmente nas regiões de colonização europeia, a possibilidade de comércio com cidades maiores foi facilitada com o meio de transporte ferroviário e

possibilitou a formação de um singelo mercado interno e de uma classe de pequenos comerciantes.

O sistema colônia-venda e a exploração da mão-de-obra de expropriados deram condições para a formação de um mercado interno que se desdobrava e ampliava. Mesmo num regime de pequenos proprietários, surgem pequenos capitalistas que acumulam mais e passam a subordinar os mais frágeis. Essa subordinação ocorreu em virtude da diferenciação social que se desenvolve dentro da pequena propriedade. (GOULARTI FILHO, 2001, p. 66).

Da mesma forma, surgiram os armazéns de secos e molhados, que eram casas comerciais, geralmente de propriedade de grupos familiares, que compravam e revendiam produtos dos pequenos produtores locais. Na região, esse tipo de negócio foi o propulsor das primeiras formas de industrialização, pois as pequenas propriedades rurais evoluíram para o comércio e posteriormente para pequena indústria. O sistema de moagem de grãos e de processamento de carne suína se desenvolve na região a partir de década de 1940, especialmente nas colônias europeias no vale do Rio do Peixe.

Alcides Goularti Filho (2001), ao analisar esse processo da pequena propriedade rural para a indústria cita Scapin e Tassara (1996) e destaca o surgimento da Perdigão na região:

[...] em 1923 a família Brandalise monta um pequeno comércio em Vila Perdizes (atual Videira). Nessa época, já funcionava na Vila um abatedouro de Max Wolff que atendia o consumo local. Em Rio Bonito (atual Tangará) os irmãos Ponzoni montaram uma pequena casa comercial e um abatedouro. Dez anos após, atuando como comerciantes, as famílias Brandalise e Ponzoni juntam seus capitais e formam a firma Ponzoni, Brandalise & Cia. Enquanto isso, Max Wolff vende seu negócio para Fritz Lorenz, que em seguida vende para Frey & Kellermann. Desse abatedouro, a firma Frey & Kellermann monta um posto de venda de produtos suínos. Em 1939, a firma Frey & Kellermann associa-se à Ponzoni, Brandalise e Cia. e ambas formam a Sociedade de Banha Catarinense Ltda. e a Fábrica de Produtos Suínos & Cia., e, em 1940, é fundada a Perdigão S.A. A Perdigão amplia seu negócio, compra um curtume em 1943 e duas serrarias em 1947 para fazer as embalagens. (SCAPIN, TESSARA *apud* GOULARTI FILHO, 2001, p.69 - 70).

Segundo o autor, esse percurso da pequena propriedade, para o comércio e em sequência para a indústria, modificou os padrões capitalistas nessa região e permitiu a acumulação de capital por meio do extrativismo da madeira e pelo comércio e, conseqüentemente, a subordinação dos despossuídos.

O autor também destaca que as relações de trabalho se modificaram, à medida que esses despossuídos são incorporados no trabalho livre assalariado, pois, anteriormente, vinculados à peonagem ou agregados às fazendas, viviam sob

relações monetárias precárias com pouca ou nenhuma remuneração. Segundo o autor, “de caboclos posseiros passaram para caboclos assalariados e sem-terra. Os caboclos que não conseguiam se manter como pequenos proprietários [...] tornaram-se mãos-de-obra assalariadas”. (GOULARTI FILHO, 2001, p. 81).

Essa configuração social e econômica se delineou em grande parte do território do Contestado, aprofundando cada vez mais processos díspares na realidade social. Analisando alguns indicadores socioeconômicos da região podemos observar que a desigualdade socioeconômica mantém raízes profundas no território, mesmo que alguns dados ocultem os processos que corroboram com essa afirmação.

Dentre as cidades que compõem essa porção territorial, identifica-se algumas com elevadas taxas de informalidade e trabalhos sazonais, enquanto outras cidades se desenvolvem em torno da atuação de empresas de médio e grande porte, voltadas principalmente para o ramo alimentício e madeireiro. Vale destacar que a produção agrícola tem grande destaque na região e o trabalho na zona rural, mesmo o assalariado, tem importante ocorrência entre a população economicamente ativa do território.

Em relação à ocupação, o IBGE<sup>24</sup> define como conceito de população ocupada o grupo de pessoas que, na semana de referência da coleta de dados, podem se enquadrar em qualquer uma das três situações: 1) Trabalhar pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado, independente da forma de remuneração; 2) Trabalhar sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio; 3) Ter trabalho remunerado do qual estão temporariamente afastadas.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral, feita pelo IBGE, o estado de SC, teve uma taxa de desocupação<sup>25</sup> de apenas 7,2%, no primeiro trimestre de 2019, a melhor entre os estados brasileiros. Quando se analisa a população fora da força de trabalho, esse dado cai para 4,7%, no mesmo período. Em relação à população ocupada, grande parte desta tem

---

<sup>24</sup> IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Conceitos e Definições da PNAD – Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa\\_mercado\\_trabalho/notastecnicas.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notastecnicas.shtm). Acesso em: 04 de maio de 2019.

<sup>25</sup> De acordo com o IBGE – PNADC/T, a partir de abril de 2016, em consonância a 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho – CIET, passam a ser considerados desocupados aqueles que conseguiram proposta de trabalho para começar após a semana de referência e que iriam começar a trabalhar em até 3 meses; os demais, isto é, aqueles que conseguiram proposta para começar a trabalhar após 3 meses da semana de referência, passam a ser contabilizados na população fora da força de trabalho.

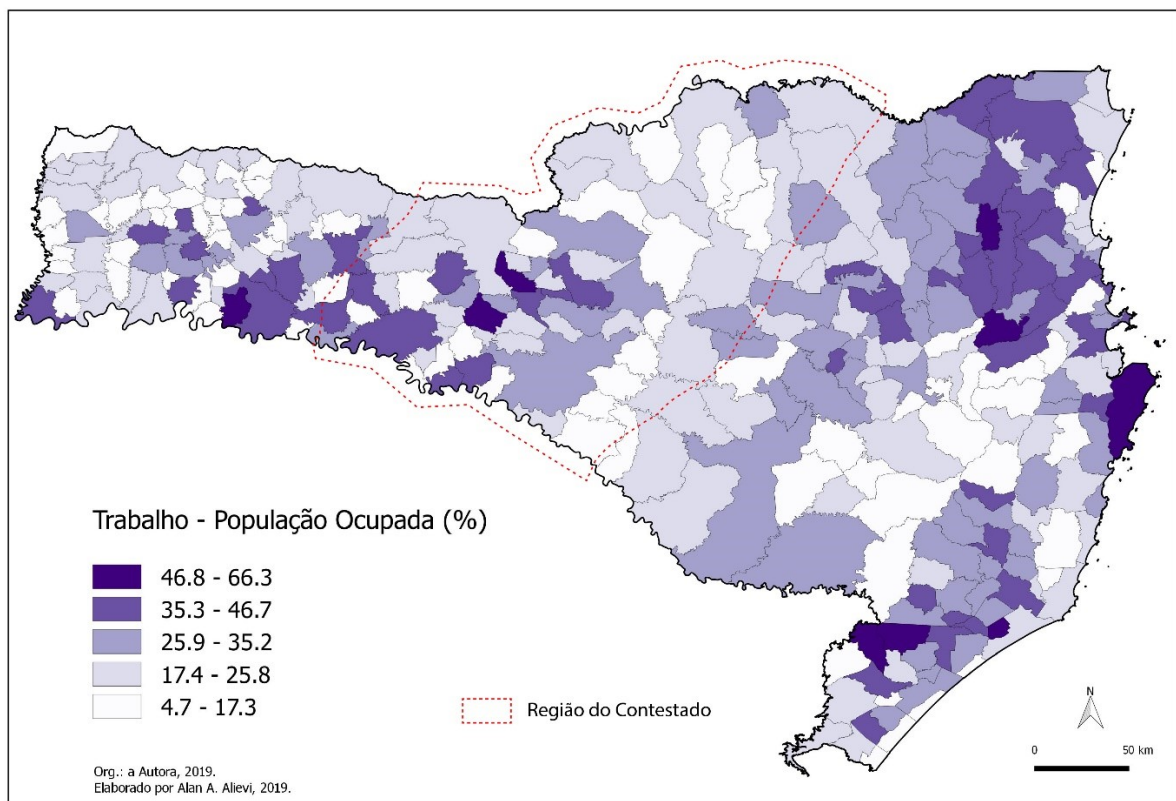
vinculação formal ao trabalho, apresentando índices de 76,7% de pessoas ocupadas, em postos formais de trabalho, segundo dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2017.

Quando remetemos ao território estudado, os números apontam uma condição diversa dos bons números apresentados no estado de SC. Apesar de algumas cidades apresentarem índices socioeconômicos elevados, grande parte dos municípios do Contestado apresentam números díspares.

Em relação aos índices de trabalho/ocupação, por exemplo, em Lebon Régis apenas 12,4% da população possui algum tipo de ocupação em relação à população total e em Bela Vista do Toldo a taxa de ocupação é de apenas 9,1%, um dos piores índices de SC. (IBGE, 2017).

O mapa abaixo apresenta um panorama geral do estado, sendo que a maior parte do território do Contestado apresenta municípios com menos de 20% da população considerada ocupada. A região analisada está delimitada pela linha pontilhada.

Figura 2- Mapa sobre população considerada ocupada



Fonte: Adaptado pelo autor, com base nos dados do IBGE (2017)



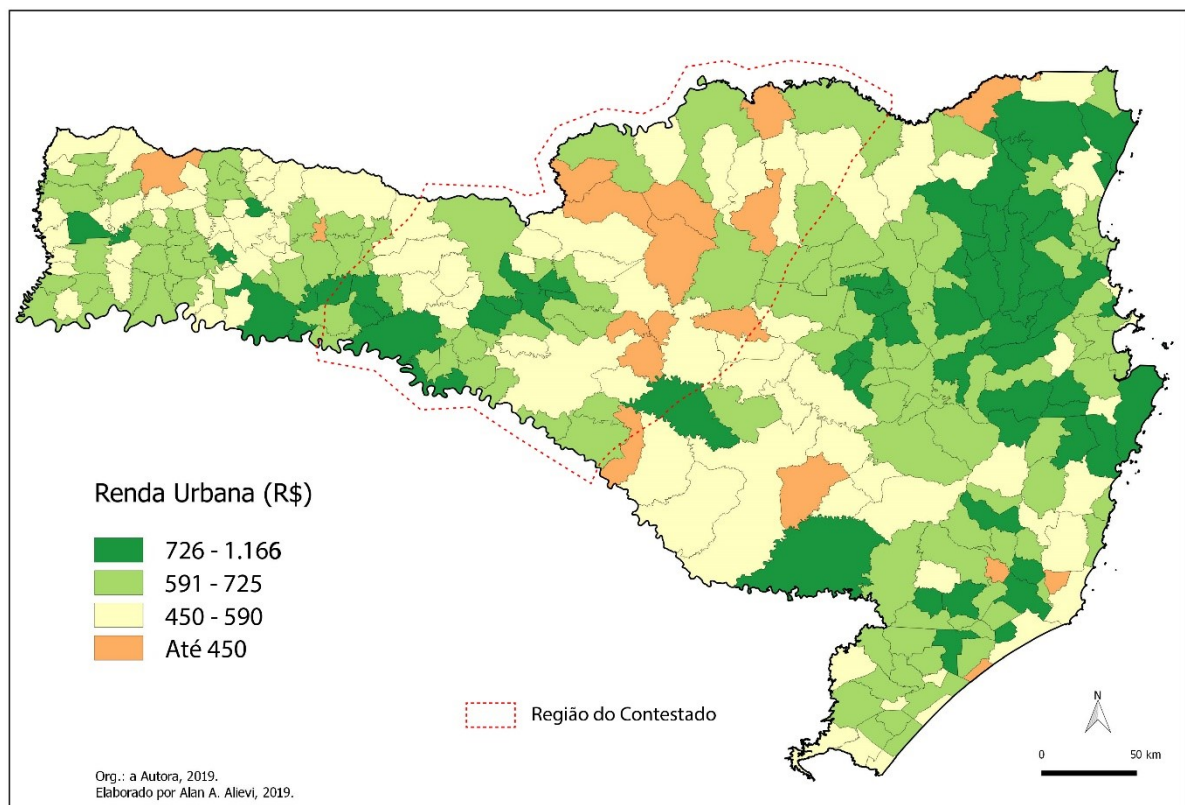
Em algumas cidades, como Joaçaba, por exemplo, 53,2% da população tem alguma ocupação nas características definidas pelo IBGE, uma porcentagem alta comparada às demais cidades do território, assim como Treze Tílias, na faixa dos 49%. Ambas se destacam, demonstram ser exceções no território estudado.

Relativo à renda média mensal domiciliar per capita, o panorama geral evidencia um território discrepante do restante do estado. Apesar da média estadual ser a quinta melhor do país, no valor de R\$ 1660,00 mensais (IBGE, 2018), o território do Contestado retrata índices bem mais baixos. Calmon e Timbó Grande, ocupam respectivamente o último e o antepenúltimo lugar no estado, com as menores rendas médias mensais per capita, de R\$ 303,00 e R\$ 323,00.

Quanto à renda urbana, especificamente, as três cidades com menores valores são pertencentes à região estudada: Calmon, Frei Rogério e Lebon Régis, todas com a média de R\$ 340,00 mensais per capita.

O mapa abaixo apresenta o panorama estadual do rendimento mensal médio domiciliar per capita – renda urbana, em reais:

Figura 3- Mapa sobre Renda Urbana mensal médio domiciliar per capita



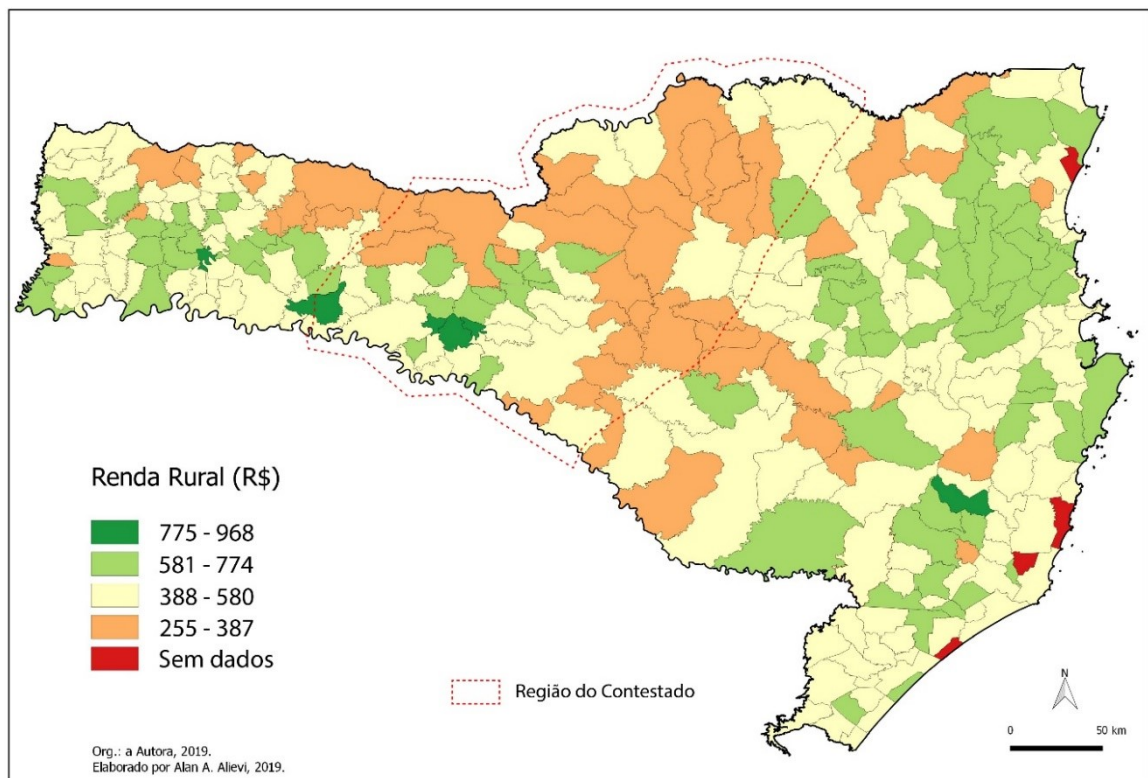
Fonte: Adaptado pelo autor, com base nos dados do IBGE (2018)

Nota-se que a região apresenta um grande número de municípios cuja renda média mensal, na área urbana, é de até R\$ 590,00 per capita. Além disso, concentra o maior número de municípios do estado, cuja renda é de até R\$ 450,00. Comparando com outras regiões, o território do Contestado apresenta os municípios com a renda per capita mais baixa.

Em relação à renda média mensal domiciliar per capita, na área rural, o quadro se agrava ainda mais, já que quase a totalidade do território é composta por municípios cuja renda média não ultrapassa R\$ 580,00 mensais.

Importante considerar que as cidades da região são de pequeno e médio porte e, em algumas delas, a população rural é maior que a população urbana, como é o caso de Vargem, Timbó Grande e Anita Garibaldi, de acordo com informações do censo demográfico de 2010. Nessas três cidades, a média de renda rural domiciliar per capita é de R\$ 255,00 mensais.

Figura 4- Mapa sobre Renda Rural mensal médio domiciliar per capita



Fonte: Adaptado pelo autor, com base nos dados do IBGE (2018)

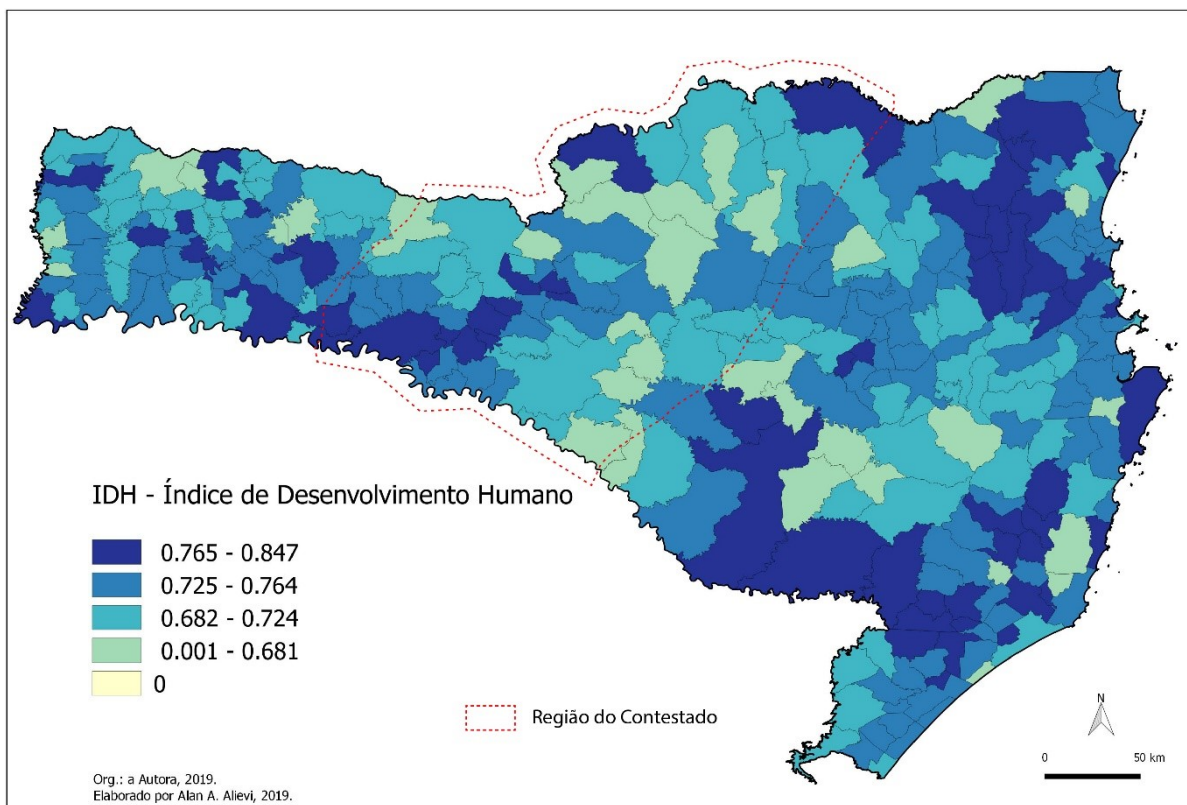
Isso demonstra uma zona rural, em certa medida, muito empobrecida no Contestado, mesmo que uma parte desse contingente de baixa renda rural seja

domiciliado na zona urbana dessas pequenas cidades. Em municípios onde a extração da madeira, a colheita de frutas, ou mesmo a colheita de grãos carecem de trabalhadores sazonais ou diaristas, muitos são os que dependem da renda do campo, mas habitam as periferias dessas cidades.

## 2.2.2 Índices sociais e mapa da pobreza

Alguns índices utilizados para mensurar usualmente o desenvolvimento de uma região, também se apresentam mais baixos no Contestado do que outras regiões de SC. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, SC tem o terceiro melhor IDH do país (IBGE, 2010), perdendo apenas para o Distrito Federal e SP. O IDH, contrapondo o Produto Interno Bruto - PIB per capita, leva em consideração, além da dimensão econômica, a saúde e a educação dos grupos populacionais.

Figura 5- Mapa sobre Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: Adaptado pelo autor com base no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2010)

No estado, os municípios de Cerro Negro (IDH 0,621), Calmon (IDH 0,622) e Vargem (0,629), apresentam os menores índices. Os três compõem a região estudada, apesar de alguns municípios da mesma região terem IDH bem alto, como é o caso de Joaçaba, com índice de 0,827, o mais alto de SC para cidades de pequeno e médio porte.

O que chama realmente a nossa atenção é a concentração de municípios com IDH abaixo de 0,682 em um ponto específico do mapa. As cidades de Matos Costa, Calmon, Lebon Régis, Timbó Grande e Bela Vista do Toldo formam uma grande porção do território cujo IDH é mais baixo que outras regiões. Nessas cidades, a média salarial de trabalho formal é igual ou menor que dois salários mínimos (IBGE, 2017).

Importante destacar que nessas cidades, a população beneficiária de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família ultrapassa 10% da população total de cada município, segundo dados do Ministério da Cidadania. Em Timbó Grande, são beneficiárias do programa 772 famílias, sendo que destas 528 possuem renda familiar que caracteriza pobreza extrema. É a maior porcentagem de famílias beneficiárias em relação à população do município, chegando a 28,37%. Nas outras cidades supracitadas, a cobertura do PBF não atinge 100% da estimativa de famílias pobres, portanto os números podem ser bem maiores.

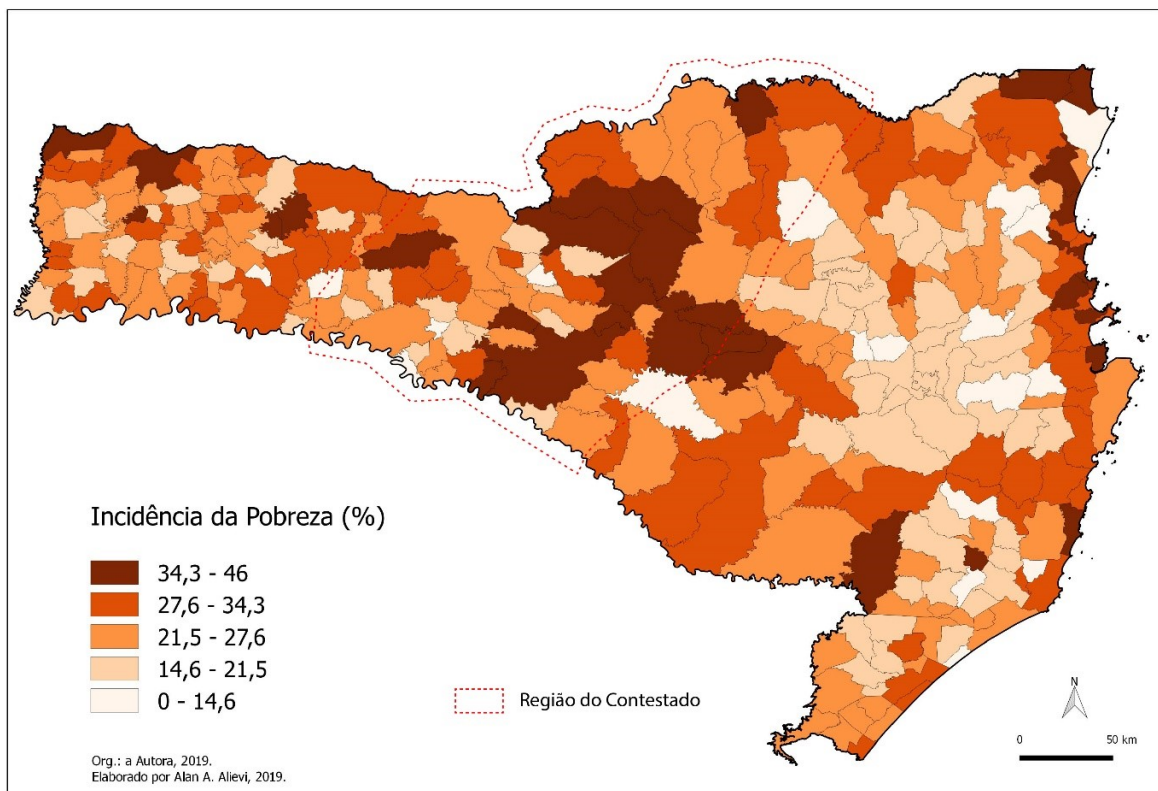
Relativo ao Índice de Gini, o estado de SC apresenta índices que vão de 0,41 a 0,25, de acordo com o Censo Demográfico 2000 e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003, sendo Balneário Camboriú a cidade com índice mais alto e Lageado Grande a cidade com índice mais baixo.

Uma peculiaridade em relação a esse índice é que as cidades mais desiguais de SC, são também cidades mais populosas, na qual a concentração de renda tende a ser mais acentuada. Balneário Camboriú, Itajaí e Florianópolis são as cidades do estado com Índice de Gini superior a 0,40, sendo também cidades com mais de cem mil habitantes.

No Contestado, Videira, Três Barras, Canoinhas e Curitibanos possuem os números mais altos: todas com índice de 0,37. Apesar desse índice não demonstrar uma realidade muito desigual no território, quando analisado junto com os dados de renda e de pobreza, fica evidente que esses números não revelam a essência da sua composição.

Em relação à incidência de pobreza, o território estudado apresenta os dados mais proeminentes. O IBGE utiliza critérios do Banco Mundial, os quais estabelecem que a incidência de pobreza é medida pela porcentagem daqueles que recebem diariamente renda abaixo de U\$5,50 ou R\$ 406,00 mensais, pela equivalência do poder de compra. Nos dados apresentados, no item anterior, sobre a renda, pudemos constatar que o território do Contestado apresenta os rendimentos mais baixos do estado de SC, em grande parte dos municípios que compõem essa porção. Seguindo a mesma perspectiva, a incidência de pobreza do território, definida pelo IBGE e assentada em indicadores econômicos, pode ser observada no mapa seguinte:

Figura 6- Mapa sobre a Incidência de pobreza



Fonte: Adaptado pelo autor, com base nos dados do IBGE (2000)

Segundo o Mapa de Pobreza e Desigualdade, divulgado pelo IBGE, o município de Monte Carlo, possui a maior incidência de pobreza<sup>26</sup> do estado de SC:

<sup>26</sup> De acordo com o IBGE (2008), a pobreza é medida a partir de critérios que analisam a capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a bens mínimos necessários à sua sobrevivência. Já a pobreza subjetiva é derivada da opinião dos entrevistados, e calculada levando-se em consideração a própria percepção das pessoas sobre suas condições de vida.

46,02%. Na região estudada, ainda se destacam Calmon, com incidência de pobreza de 43,47% e Timbó Grande, com 41,56%.

Analisando os dados a partir da mensuração realizada pelo IBGE, é possível constatar que grande parte das cidades que compõem a região estudada possuem incidência de pobreza acima de 34%. O maior número de cidades nessa condição é no território do Contestado. Apesar dessa porcentagem ser relativamente baixa, em relação à outras regiões do Brasil, contrasta bastante com os bons índices do restante do estado e sinaliza para as deturpações que decorrem das narrativas analíticas de desenvolvimento.

Vale destacar que quando analisada a incidência de pobreza subjetiva, a porcentagem diminui, por exemplo, Monte Carlo apresenta 31,07%, enquanto Calmon e Timbó Grande apresentam 32,12% e 30,24% respectivamente, ou seja, um quantitativo menor da população se percebe pobre, apesar de objetivamente a renda e o poder de consumo manifestarem uma porcentagem maior.

O território analisado, segundo os dados do Ministério da Cidadania, de outubro de 2019, possui 16.926 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família-PBF. Destas, 5.020 estão na faixa de renda de extrema pobreza. São dados importantes, se considerarmos que em todo o estado são 110.147 famílias beneficiárias do PBF e cerca de 15% delas estão no território do Contestado.

Tabela 1- Beneficiários do Programa Bolsa Família

<b>Município</b>	<b>nº famílias beneficiárias</b>	<b>% da população</b>	<b>nº famílias em extrema pobreza</b>	<b>% estimativa de cobertura do PBF</b>
Abdon Batista	122	11,53	70	52
Água Doce	52	2,23	8	12
Alto Bela Vista	15	1,45	4	15
Arabutã	26	1,55	9	14
Arroio Trinta	26	1,88	14	50
Bela Vista do Toldo	388	15,66	103	67
Brunópolis	133	10,25	9	48
Caçador	1179	4,54	292	36
Calmon	211	18,25	53	66
Campos Novos	301	2,33	25	22
Canoinhas	1256	5,96	408	46

(continuação)

Capinzal	282	2,83	98	60
Catanduvas	203	6,05	80	60
Celso Ramos	117	10,18	22	53
Concórdia	652	2,48	112	39
Curitibanos	1268	9,15	282	59
Erval Velho	31	2,48	1	25
Fraiburgo	912	7,76	200	48
Frei Rogério	102	9,9	51	44
Herval d'Oeste	346	4,21	185	60
Ibiam	34	4,78	5	43
Ibicareé	64	5,31	33	58
Iomerê	9	0,99	7	21
Ipira	48	2,06	6	27
Ipumirim	87	3,49	14	65
Irani	167	4,22	31	50
Irineópolis	429	10,79	96	65
Itá	111	4,53	11	75
Itaiópolis	529	6,99	145	43
Jaborá	49	3,37	9	48
Joaçaba	316	3,08	183	66
Lacerdópolis	1	0,14	1	3
Lebon Régis	558	12,66	51	50
Lindóia do Sul	50	2,91	18	46
Luzerna	22	0,96	8	36
Macieira	15	2,35	8	15
Mafra	822	3,84	249	38
Major Vieira	290	8,45	59	43
Matos Costa	84	8,21	21	31
Monte Carlo	477	13,19	199	58
Monte Castelo	500	16,13	194	69
Ouro	73	2,47	32	48
Papanduva	407	5,63	132	40
Peritiba	17	1,71	3	17
Pinheiro Preto	42	3,78	12	102
Piratuba	60	3,36	27	37
Porto União	580	4,38	55	48
Presidente Castello Branco	23	3,54	9	79
Rio das Antas	149	6,76	49	78
Salto Veloso	30	1,91	11	23
Santa Cecília	815	14,54	264	72

Tangará	197	6,12	65	96
Timbó Grande	772	28,37	528	118
Três Barras	757	11,77	310	62
Treze Tílias	72	2,89	26	46
Vargeão	63	4,42	23	38
Vargem	68	5,48	11	21
Vargem Bonita	141	8,51	12	64
Videira	327	1,82	66	35
Zortea	49	4,45	11	111

(Conclusão)

Fonte: Ministério da Cidadania (2019)<sup>27</sup>

### 2.2.3 A propriedade da terra

Considerando outras regiões do Brasil, a propriedade fundiária do sul brasileiro diferencia muito de áreas de expansão da fronteira agrícola, como o centro-oeste e o norte. A concentração de terras nessas áreas é muito maior do que no sul e sudeste, tendo em vista o histórico de ocupação, a densidade populacional e urbanização, entre outros fatores (GUIMARÃES, 2010).

Entretanto, a alta concentração de terras é característica da estrutura fundiária brasileira e apesar de SC apresentar um dos melhores Índices de Gini<sup>28</sup> do país, esse dado não é suficiente para explicitar a realidade desigual referente à distribuição de terras no estado<sup>29</sup>.

O território estudado, historicamente, apresentou áreas de grandes concentrações fundiárias, desde antes da Guerra do Contestado. Os interesses na exploração da região pelo Estado brasileiro, pelo capital estrangeiro e pelos coronéis, demarcaram estruturas nas quais a grande propriedade da terra era um meio de ampliar o domínio político e econômico.

<sup>27</sup> BRASIL (2019). Ministério da Cidadania. Dados referentes a outubro de 2019 obtidos no site

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmpps/bolsafamilia/index.html#localizacao>. Acesso em 25/01/2020.

<sup>28</sup> O Índice de Gini é utilizado principalmente para mensurar a desigualdade de renda, mas utilizado também na análise da concentração de terras, pelo Censo Agropecuário do IBGE.

<sup>29</sup> Leite (2018) faz uma breve análise sobre o resultado superficial da utilização apenas desse índice quando relacionado à concentração fundiária. Segundo o autor, o índice “mensura a desigualdade relativa entre os detentores e não a concentração. São conceitos relacionados, mas distintos: enquanto a desigualdade pode ser compreendida como a falta de equilíbrio na distribuição da terra entre os que possuem esse bem, a concentração se debruça na razão entre área de terra sob a posse de cada indivíduo e a quantidade de terra disponível”. (LEITE, 2018, p. 13).



O que analisamos hoje é uma pequena modificação no tamanho dos estabelecimentos e na quantidade de pequenos proprietários, mas a continuidade do padrão de exploração do início do século passado. Analisando informações de consulta pública de imóveis do INCRA<sup>30</sup>, referentes ao cadastro de propriedades rurais nos municípios do território estudado, alguns dados se sobressaem, principalmente nos municípios já mencionados com maiores índices de desigualdade social e baixa renda.

Por exemplo em Calmon, a maior área rural é de propriedade do próprio INCRA e corresponde ao Projeto de Assentamento- PA Putinga, com área e 3.470,65 hectares, atendendo a 168 famílias. Porém as maiores áreas seguintes, correspondem às empresas privadas: MADECAL Administradora de Bens Ltda. e MADECAL Agroindustrial Ltda., com áreas de 2.796,74 hectares e 2.472,30 hectares, respectivamente. Além disso, analisando as quinze maiores áreas rurais do município, uma corresponde ao assentamento, uma é de pessoa física e as outras treze são de propriedade de pessoa jurídica.

Outra situação semelhante ocorre em Timbó Grande, no qual das quinze maiores áreas, treze são de propriedade de pessoa jurídica e duas correspondem a projetos de assentamento, o PA Perdiz Grande e o PA Cristo Rei. O que chama atenção nas informações analisadas é de que a segunda maior área do município é de propriedade do BANESTADO LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL, com 3.061,70 hectares.

Vale salientar que muitas dessas empresas ainda possuem propriedades de terras em outros municípios próximos, como é o caso da ADAMI S/A MADEIRAS, que possui grande quantidade de terras em Calmon, Caçador e Matos Costa.

Em Bela Vista do Toldo, o município com a menor taxa de ocupação da população, as quatro maiores áreas de terras são de propriedades de empresas madeireiras, cuja totalidade das terras ultrapassa os 10 mil hectares, cerca de 20% da área rural total. As outras 2.220 propriedades dividem pouco mais de 40 mil hectares.

Em municípios como Curitibaanos e Canoinhas, podemos observar algumas diferenças dos municípios já citados, pois os maiores proprietários de terras são

---

<sup>30</sup> Informações obtidas na consulta pública de imóveis, com dados de 01/01/2020, no site do INCRA - <https://sncr.serpro.gov.br/sncr-web/consultaPublica.jsf?windowId=c2d>. Acesso em 18/01/2020.

pessoas físicas. Em Canoinhas, dos quinze maiores proprietários, apenas quatro são pessoa jurídica, enquanto em Curitiba apenas uma propriedade é de empresa e outras duas são assentamentos (PA Índio Galdino e PA Neri Fabris). Alguns dos grandes proprietários de terras de Curitiba tem o mesmo sobrenome de famílias tradicionais ligadas ao coronelismo: Almeida e Souza, mesmo que não possamos afirmar, nesse estudo, que se tratam de descendentes diretos dos coronéis do passado.

A região também agrega grande número de assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra. Dos 162 PA, reassentamentos de barragem – PRB e reservas extrativistas - RESEX de SC, 71 pertencem ao território estudado, cerca de 44% do número total. Neles são atendidas 2.087 famílias, segundo os dados do INCRA de 2017, sinalizando o importante contingente de trabalhadores que não possuíam terra para sua subsistência. Da mesma forma, essa condição remete à histórica luta pela terra nessa região, a qual de um lado houve, desde sempre, grandes proprietários de terras e de outro os trabalhadores sem-terra.

Importante destacarmos os dois territórios quilombolas reconhecidos na região: Invernada dos Negros, entre Abdon Batista e Campos Novos e Campo dos Poli, entre Fraiburgo e Monte Carlo, sendo que o primeiro, é oriundo de uma doação de um fazendeiro aos seus escravos alforriados e compreendia uma área de 8 mil hectares. Uma parte do território permanece em litígio.

### 3 A DETERMINAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA PAUPERIZAÇÃO E A POBREZA NO CONTESTADO

Já dizia Galeano (1984) que “*o desenvolvimento desenvolve a desigualdade*”. Assim é a história dos povos que foram submetidos à perversidade de um desenvolvimento capitalista que não desenvolve a todos, pior que isso, um desenvolvimento no qual muitos são parte de uma engrenagem para o melhor funcionamento do sistema para poucos.

A história do Contestado é a história do desenvolvimento de uns em detrimento da miséria de outros e é a partir dessa dinâmica que buscaremos compreender como ocorre a relação entre acumulação X pauperização no decurso dessa história.

Identificamos, no capítulo anterior, que o território do Contestado sinaliza para uma grande concentração de pobreza contraditoriamente em um dos estados mais ricos do Brasil. Que a sua formação sócio histórica é marcada por um conflito social de grande importância, que revelou nuances de uma investida capitalista violenta sobre a população tradicional, os costumes, as formas de trabalho e de vida e o uso da terra.

A partir disso, é indispensável compreendermos como se constituiu o processo de pauperização do território Contestado, buscando compreender mais a fundo o surgimento do capitalismo na região, a dinâmica do poder político que se perpetuou e a profunda desigualdade social que se manifesta no cotidiano dos sujeitos.

Para tanto, retomar os processos que configuram a acumulação capitalista, desde sua gênese até a forma como se particulariza na América Latina e se expressa na realidade brasileira são bases fundamentais para explicarmos os fenômenos que se manifestam no Contestado.

#### 3.1 O CAPITALISMO DEPENDENTE NA ENGRENAGEM GERAL DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

As leis gerais do modo de produção capitalista, expostas a partir da investigação da sociedade burguesa por Karl Marx, demonstram o processo de

exploração da classe trabalhadora com a extração do excedente econômico pela classe dominante.

Compreender o processo histórico que engendra a antagônica relação capital X trabalho na sociedade de classes é basilar para aprofundarmos nossa discussão sobre a particularidade dessa dinâmica desde a América Latina, onde o capitalismo foi gestado nos pilares do saqueio e da expropriação.

Na América Latina, o capitalismo adquiriu formas específicas de desenvolvimento, que segundo Marini (2000), só podem ser explicadas se compreendermos que aqui trata-se de um capitalismo *sui generis*, no qual as suas leis particulares de funcionamento não se dão no mesmo tempo e espaço que as leis gerais do capitalismo. Não deve ser entendido como falta de capitalismo ou como atraso no capitalismo, mas sim um *destempo*<sup>31</sup>. (TRASPADINI, 2016)

Partindo do exposto por Marx, ao tratar sobre a acumulação primitiva como ponto de partida do modo de produção capitalista, o autor infere que este é “o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (MARX, 2013, p. 786), ou seja, é esse momento que dá substância à origem das formas de acumulação capitalista.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. (MARX, 2013, p. 787).

A gênese do capitalismo, para Marx (2011), constitui-se a partir de um processo histórico no qual o capital aparece lado a lado com os modos de produção anteriores e se consolida a partir da dissolução dessas formas históricas originais, especialmente da dissolução da pequena propriedade livre de terras e da separação do trabalho livre das condições objetivas para sua realização.

A expropriação dos meios coletivos de produção dos trabalhadores e a sua conseguinte apropriação privada pela burguesia se deu no processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo, momento em que a maior parte da

---

<sup>31</sup> Traspadini (2016) utiliza o termo *destempo* para explicar que os processos que ocorrem no capitalismo em geral e no capitalismo dependente latino-americano são os mesmos, possuem o mesmo conteúdo, apesar de ocorrerem com tempos diferentes, com particularidades e formas diversas.

população mundial era de homens do campo. Para Marx esse processo não se deu de forma harmoniosa e pacífica, como narram os economistas políticos clássicos, mas de forma violenta, resultado das conquistas coloniais. (MARX, 2013).<sup>32</sup>

Por essa razão, as mudanças nas formas de acesso e propriedade da terra fundamentam as bases explicativas da sociedade burguesa e das relações de produção que se originaram a partir da consolidação do modo de produção capitalista. O processo histórico no qual a terra comunal foi subsumida pela propriedade privada da terra, assim como o trabalho livre subjugado pelo capitalista e transformado em trabalho livre assalariado, corresponde ao ponto de partida da acumulação de capital.

Importante salientar que, segundo Hobsbawm (2014), na Inglaterra, berço da industrialização, somente em 1851, a população da cidade excedeu a do campo, passando a 51%. Isso se modificou consideravelmente até 1870, apesar de em algumas regiões ainda prevalecer a população rural, em maior número. “Portanto, de longe, a maior parte da humanidade e os destinos da vida ainda dependiam do que acontecesse na e com a terra”. (HOBSBAWM, 2014, p.266).

Marx (2013), no capítulo que trata da *Assim chamada Acumulação Primitiva*, explicita que esse movimento histórico que transforma trabalhadores servis em camponeses livres e, posteriormente, em trabalhadores livres assalariados, que podem vender a sua força de trabalho, só ocorre quando estes mesmos trabalhadores são privados de todos os meios de produção e das garantias de sobrevivência que a estrutura feudal proporcionava. O trabalhador passa a ser proprietário de uma única mercadoria: a sua força de trabalho, e não possui outra opção a não ser vendê-la ao capitalista em troca de salário.

A expropriação violenta de massas camponesas, a partir da dissolução de estruturas feudais, lançou ao mercado de trabalho um número significativo de proletários. De acordo com Marx,

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre. (MARX, 2013, p.804).

---

<sup>32</sup> Importante demarcar que Marx, ao se referir a esse processo de transição, analisa a sociedade europeia.

Essa massa proletária, expulsa e expropriada violentamente das terras, não foi incorporada pela manufatura na mesma proporção que foi concebida, primeiro porque a manufatura ainda era emergente e segundo porque esses camponeses não se ajustaram, de início, a essa nova realidade, tendo em vista o abrupto rompimento com o seu modo de vida. Enquanto parte desses camponeses compunha o grupo de trabalhadores assalariados, outra parte converteu-se em mendigos e vagabundos, expostos a diversas legislações sanguinárias contra a vagabundagem, em toda a Europa ocidental. (MARX, 2013).

A legislação contra a vagabundagem garantiu a “disciplina necessária ao trabalho assalariado” e desenvolveu, como afirma Marx, “uma classe de trabalhadores que por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas”. (MARX, 2013, p.808). Portanto, mais do que condições que polarizem as relações em capital de um lado e trabalhadores detentores de força de trabalho como única propriedade, do outro, o desenvolvimento do processo capitalista acaba com todas as formas de resistência e acomoda o trabalhador às “leis naturais da produção”.

Além disso, cria um exército industrial de reserva que mantém a lei da oferta e demanda de trabalho, o que permite comprimir os salários para valorização do capital e utiliza a força do Estado para manter o trabalhador em um grau de dependência. Para Marx, “esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva”. (MARX, 2013, p. 809).

Como consequência, a pauperização dos trabalhadores ingleses tomou forma. A perda do direito ao uso da terra e a falta de empregos necessários para absorver a imensa massa de camponeses que migravam dos campos, resultaram em um aumento significativo da pobreza e miséria do povo inglês. (MALTA; CASTELO, 2010).

A existência de uma classe de trabalhadores nessas condições e, conseqüentemente, de uma superpopulação relativa, denominada por Marx como exército industrial de reserva, é mais detalhada quando o autor trata sobre *a lei geral da acumulação capitalista*. Para Marx (2013), essa superpopulação relativa se apresenta de muitas formas, entretanto, à medida que o capitalismo se expande e produz riqueza, a pobreza cresce na mesma velocidade, no polo oposto, ou seja, a acumulação de riqueza de um lado corresponde à acumulação de miséria do outro.

Portanto, essa superpopulação relativa de trabalhadores é uma alavanca necessária à acumulação capitalista, sendo até mesmo uma “condição de existência do modo de produção capitalista”. (MARX, 2013, p. 707).

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. [...] por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (MARX, 2013, p.719-720).

Essa interlocução com a exposição de Marx sobre a sociedade burguesa nos permite analisar mais profundamente o nosso objeto de estudo, a partir das categorias Acumulação e Pauperização. Marx explicita que no momento em que o capital incorpora dois componentes geradores de riqueza: terra e força de trabalho, isso lhe permite expandir os elementos de sua acumulação para além de seus limites, definidos pelo valor e pela massa dos meios de produção já produzidos. (MARX, 2013).

Mandel (1982), em *O Capitalismo Tardio*, também traz importantes elementos para analisarmos a processualidade sócio histórica do capital. O autor lista três fases do desenvolvimento capitalista: a primeira que ocorre entre 1700 e 1850, no chamado capitalismo de mercado; a segunda de 1850 a 1960, fase do capital monopolista, marcada pela exploração dos territórios coloniais pelo imperialismo; e a terceira, que o autor chama de capitalismo tardio, após 1960, com a expansão das grandes corporações.

Ao analisar as condições que estruturaram o mercado mundial capitalista, o autor salienta a compreensão de Marx, desenvolvida posteriormente por Rosa Luxemburgo, de que o movimento do capital parte de relações não capitalistas e se mantém em uma “troca constante, exploradora, metabólica, com esse meio não capitalista”. (MANDEL, 1982, p.29). Por isso enfatiza que processos de acumulação primitiva e a acumulação de capital, através da produção de mais-valia, são movimentos convergentes, mais do que apenas fases sucessivas, pois coexistem ao longo da história do capitalismo.

Na era do capitalismo de livre concorrência, a produção direta de mais-valia pela indústria em grande escala limitava-se exclusivamente à Europa

ocidental e à América do Norte. Entretanto, o processo de acumulação primitiva de capital estava se realizando simultaneamente em muitas outras partes do mundo, mesmo se o seu ritmo era irregular. Com isso, a produção têxtil por artesãos e camponeses nativos foi gradualmente destruída nesses países, enquanto a nascente indústria doméstica combinou-se com frequência à real indústria fabril. (MANDEL, 1982, p. 33)

No entanto, o autor enfatiza que nesse período o capital não pôde controlar os processos de acumulação já em curso dos países que começavam a se industrializar, sendo uma das razões o insuficiente sistema de comunicação e transportes, e salienta que o crescimento de investimentos externos de capital em países ainda pré-capitalistas se deu principalmente na construção de redes ferroviárias. (MANDEL, 1982). Dessa forma, o capital estrangeiro acessou com facilidade os minérios e o alimento produzido pelos países dependentes.

No período imperialista, Mandel (1982) expõe que o processo de acumulação de capital se modifica e economias pré-capitalistas passam a se sujeitar à reprodução de capital da Europa ocidental. Segundo o autor, o desenvolvimento econômico do chamado “Terceiro Mundo” foi atrelado à exportação de capital dos países metropolitanos e, portanto, ditado pelos interesses da burguesia imperialista. Os investimentos capitalistas eram oriundos desses países metropolitanos e, portanto, somente empresas que atendessem aos interesses da burguesia eram estabelecidas nos países periféricos.

Em razão disso, esse processo restringiu a acumulação primitiva de capital, asfixiando o desenvolvimento econômico desses países periféricos, pois “onde era “mais abundante”, o capital foi acumulado com maior rapidez; onde era “mais escasso”, a mobilização e acumulação do capital foi muito mais lenta e contraditória”. (MANDEL, 1982, p. 37). Segundo o autor, isso se deu devido a um processo de expropriação contínua do produto excedente local, o que impossibilitou a acumulação nacional de capital. Além disso, houve a concentração de recursos em alguns setores específicos e a consolidação de uma oligarquia nas regiões rurais que mantiveram parte da população fora da esfera de produção.

Portanto, o que mudou na transição do capitalismo de livre concorrência ao imperialismo clássico foi a articulação específica das relações de produção e troca entre os países metropolitanos e as nações subdesenvolvidas. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local de capital (na maioria das vezes associada à dominação política) passou a submeter o desenvolvimento econômico local aos interesses da burguesia nos países metropolitanos. (MANDEL, 1982, p.37).



Portanto, a inserção desses países periféricos no mercado mundial ocorreu por meio da dominação dos países metropolitanos sobre os processos de acumulação dos primeiros, delimitando o desenvolvimento econômico destes a uma espécie de composição ao desenvolvimento econômico dos países imperialistas.

Lenin, na obra *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, publicada em 1917, nos garante de elementos importantes para compreender o movimento do capitalismo de livre concorrência para o capitalismo de monopólio. Para o autor, o aumento da indústria e a concentração da produção em empresas cada vez maiores são particularidades específicas dessa fase do capitalismo, que Marx já havia identificado em: O Capital ao demonstrar que a concentração de produção, em certo grau de desenvolvimento, aduz ao monopólio. Portanto, Lenin afirma que essa é uma lei geral e fundamental dessa etapa do desenvolvimento do capitalista. (LENIN, 2012).

Assim, pequenos capitais, que são numerosos em quantidade, mas com produção ainda incipiente se fundem ou são destruídos por capitais que detiveram maior acumulação, na fase de livre concorrência. O caráter estrutural dessa etapa superior do capitalismo, conforme definido por Lenin, é de que uma grande quantidade de capital se concentra em poucas empresas e essas, por sua vez, controlam também todo o processo produtivo. Esse processo de monopolização de capital tem participação direta dos bancos, e com a junção destes com o capital industrial, surge no período o capital financeiro.

Importante destacar a influência do aperfeiçoamento técnico nesse decurso, como forma de dominação tecnológica entre as nações, ao passo que esse mesmo processo intensifica a monopolização das empresas, ou seja, nesse ínterim da livre concorrência para o monopólio, o avanço do desenvolvimento tecnológico desencadeia um processo de socialização da produção, todavia com a monopolização de meios de comunicação e transporte e da força de trabalho especializada. “A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada”. (LENIN, 2012, p.48). Assim, poucos capitais controlam expressivas porções da produção e principalmente da apropriação do resultado da venda da força de trabalho.

Portanto, a estrutura do imperialismo, tendo como conteúdo o monopólio e o capital financeiro, são erigidas sob as velhas formas de acumulação de capital. É o mesmo modo de produção com novos elementos que dão forma e conteúdo diversos ao processo de produção.

Ao definir esse processo histórico em que o capitalismo incorpora sua fase imperialista, Lenin destaca cinco características fundamentais:

1) a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitais, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 2012, p.124).

Partindo dessas características fundamentais, esse estágio superior do capitalismo expressa novas formas de relação entre os países. A política imperialista encontra na exportação de capitais uma nova forma de anexação colonial na medida em que desenvolve um processo de troca desigual entre os países, onde, de um lado são fornecidos bens manufaturados e de outro, matérias-primas.

O excedente de capital nas metrópoles careceu assim, expandir para outros territórios os tentáculos do imperialismo, sobretudo nos locais onde “os capitais são escassos, o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias-primas, baratas”. (LENIN, 2012, p, 94). Disso decorreu principalmente a construção de ferrovias, em boa parte da América Latina, com investimento do capital estrangeiro, além do desenvolvimento de fontes de energia, meios de comunicação e transporte, criando condições básicas para o desenvolvimento da indústria.

Outra condição dessa política imperialista, segundo o autor, é a partilha do mundo entre os novos capitais financeiros monopolistas e entre as grandes potências, conformando um novo mecanismo de anexação colonial. Com a criação de um mercado mundial e à medida que se aumentava a exportação de capitais e com ela as relações entre os países mais avançados e os mais atrasados, houve um novo grau de concentração de capital e da produção. Grandes corporações passaram a ocupar novos territórios por meio de compra ou fusão com pequenos capitais.

Atrelado a isso, Lenin enfatiza também a partilha do mundo entre as grandes potências, pois os países que detém hegemonicamente o poder nas relações internacionais são os países sedes dessas principais corporações. Assim, territórios ainda não ocupados, até o fim do século XIX e início do século XX são repartidos entre as grandes potências mundiais, juntamente com territórios já colonizados pelas grandes corporações. Portanto, “a passagem do capitalismo a seu estágio

monopolista, ao capital financeiro, *se encontra relacionada* com o acirramento da luta pela partilha do mundo”. (LENIN, 2012, p. 111 – grifo do autor).

Essa partilha origina formas *transitórias* de dependência, nas palavras do autor, na qual é possível identificar, além de países que possuem colônias e os que são colônias, àqueles que, formalmente independentes, são dependentes financeiramente e nas relações diplomáticas. Para o autor, essas relações entre os países no imperialismo demarcam as ações do capital financeiro a nível mundial. (LENIN, 2012).

Interessa-nos compreender, a partir dessa discussão, de que forma o capitalismo em seu estágio imperialista engendra, do outro lado, um capitalismo de tipo dependente na América Latina, encoberto pela narrativa de desenvolvimento.

### **3.1.1 O capitalismo dependente latino-americano**

A teoria marxista da dependência, como principal referencial teórico do nosso estudo, aprofunda o debate sobre a condição periférica da América Latina e traz importantes fundamentos para pensarmos essa conjuntura imperialista desde a realidade dos países dependentes.

O precursor desse debate foi Ruy Mauro Marini com o ensaio chamado *Dialética da Dependência*, no qual apresenta com rigor teórico as peculiaridades do modo de produção capitalista no continente, refutando as teorias que situam o capitalismo latino-americano como atrasado ou insuficiente. Essa noção de capitalismo atrasado, amplamente difundida pelos teóricos do desenvolvimentismo, subentende que, nas condições certas de industrialização, o capitalismo latino-americano possa alcançar o padrão de produção dos países centrais. Todavia, para o autor, a dinâmica capitalista desde a América Latina é de um capitalismo *sui generis* que só tem sentido quando analisado desde os processos capitalistas a nível mundial. (MARINI, 2000).

Em outra discussão, Marini acrescenta que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2017, p.47), partindo disso é que ensinamos compreender como se dá essa relação de dependência no marco das transformações que ocorrem no continente e

principalmente na realidade brasileira. Segundo o autor é a partir do estudo da particularidade latino-americana que podemos compreender esse ponto.

É o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano, o que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram nesse resultado. (MARINI, 2000, p. 106).

Com a revolução industrial e o surgimento da grande indústria um conjunto de novos países latino-americanos (após seus processos de independência) passam a se relacionar comercialmente com a Inglaterra, centralizando nessa metrópole a exportação de bens primários, em contrapartida de manufaturas de consumo. A despeito de seus processos de independência, a relação que se estabelece passa a ser de um sistema centro – periferia, no qual a divisão internacional do trabalho estabelecerá os rumos do desenvolvimento da região. Para Marini, as independências latino-americanas são os marcos formais da dependência.

[...] é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. (MARINI, 2000, p. 109).

Essa forma de inserção no mercado mundial e de relação com a metrópole, para o autor, não corresponde às relações coloniais de antes, apesar de serem fases consecutivas. A América Latina como conjunto de colônias produtoras de metais preciosos, que foram continuamente extraídos pelas metrópoles europeias, forneceu matérias-primas para a manufatura e abriu caminhos para o desenvolvimento da grande indústria. No entanto, é somente com o estabelecimento da grande indústria e a divisão internacional do trabalho, decorrente dela, que a América Latina vai cumprir o seu papel fundamental no sistema capitalista.

O desenvolvimento industrial dos países centrais contou com um processo de especialização da produção de bens manufaturados e isso só foi possível mediante a oferta mundial de alimentos que a América Latina proporcionou. A força de trabalho desses países industriais pôde se voltar exclusivamente para a indústria, enquanto os meios para sua reprodução eram oriundos do meio agrícola dos países dependentes, principalmente da agricultura latino-americana. Assim, o continente latino-americano, nessa marcha, ocupará um lugar de destaque no desenvolver capitalista, e isso não

ocorrerá apenas pela oferta de alimentos, mas pela oferta de matérias-primas no geral.

Nesse aspecto, a construção de ferrovias, conforme sinalizou Galeano (1984), tinham a intenção de conectar os centros produtores aos portos, garantindo a exportação da matéria prima da indústria fora daqui. “As ferrovias, tantas vezes saudadas como estandartes do progresso, impediam a formação e o desenvolvimento do mercado interno”. (GALEANO, 1984, p. 216).

Essa contraditória inserção do continente no mercado mundial, além de coadjuvar com o crescimento dos países industriais, contribuiu para que esses países reduzissem o valor real da força de trabalho, aumentando a mais-valia relativa, ao passo que aqui, explorou mais o seu trabalhador, com base na mais-valia absoluta, ou seja, contribuiu para que a acumulação, a partir dos países industriais, dependesse mais do incremento da capacidade produtiva do trabalho do que da exploração do trabalhador, ou nas palavras de Marini, “para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção da mais-valia absoluta à da mais-valia relativa”. (MARINI, 2000, p. 112-113).

Bambirra (2015) expõe, a partir da análise do capitalismo dependente latino-americano, uma tipologia histórico-estrutural que considera que as debilidades de alguns países são condicionadas pelo desenvolvimento capitalista das grandes potências mundiais, ou seja, decorrentes do desenvolvimento do capitalismo mundial. “Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros”. (BAMBIRRA, 2015, p.44).

A autora apresenta duas características fundamentais dessa dependência, baseadas na discussão de Santos (1970): a dependência é *condicionada* pelo imperialismo, que dita as regras do processo de fora para dentro e é *condicionante*, pois à medida que as economias dependentes estão subsumidas às economias imperialistas a estrutura interna dos países dependentes vão se moldar para satisfazer as exigências dessa nova fase do capitalismo mundial.

Vale dizer que o tipo de economia que se desenvolve nos países dependentes latino-americanos, nessa fase imperialista, é a economia exportadora. Marini (2017) enfatiza, portanto, que parte da mais-valia produzida no continente é destinada aos países imperialistas, pois são eles que controlam os preços no mercado mundial,

impõem práticas financeiras específicas e agem, por meio dos investimentos estrangeiros, nas produções dos países dependentes. Do lado de cá, a burguesia local busca ressarcir as perdas dessa relação desigual, submetendo os trabalhadores a um processo de *superexploração* da sua força de trabalho.

Não é porque se cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi a deterioração comercial que as forçou produzir em maior escala. (MARINI, 2000, p. 118).

Por essa razão Marini afirma que não se trata de atrelar um possível desenvolvimento capitalista dos países dependentes a uma igualdade das relações comerciais entre as nações, mas sim de romper com as relações de produção baseadas no valor de troca.

Segundo Osório (2016), essa forma de ser do capitalismo dependente não deixa de ser a lógica do capitalismo em geral, no que se refere à busca de lucro, no entanto, a participação das economias dependentes no sistema mundial desenvolve formas de reprodução que só podem ser explicadas quando compreendemos os processos particulares.

Para a teoria marxista da dependência, tanto o capitalismo mais desenvolvido como o capitalismo de tipo dependente são produtos de processos históricos, sucedidos no âmbito do sistema capitalista mundial e, portanto, não podem ser explicados de forma isolada. (OSÓRIO, 2016). Por isso é imprescindível que as discussões ultrapassem o âmbito do conformismo, decorrentes da vertente teórica do “atrasado” e do “subdesenvolvido”.

### 3.2 O MITO DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

A dinâmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil é o ponto central para compreensão dos processos econômicos e políticos que marcaram o país nos séculos XIX e XX. O Brasil, abundante em terra e riquezas naturais, foi colônia portuguesa até 1822, todavia, mesmo após a independência formal, as elites brasileiras garantiram a manutenção das estruturas tradicionais de produção, baseadas na grande propriedade, na monocultura, no trabalho escravizado e nos privilégios de uma parcela da população.

Segundo Costa “a nação independente continuaria na dependência de uma estrutura colonial de produção passando do domínio português à tutela britânica”. (COSTA, 1979, p. 52). Por interesse das elites brasileiras, ligadas aos grandes proprietários e comerciantes, o processo de independência de Portugal pouca diferença fez à grande parte da população, já que a organização do país continuava diretamente voltada aos anseios desses grupos elitizados.

Essa configuração da produção agrícola brasileira, fundada nos três pilares: grande propriedade, monocultura e trabalho escravizado, de acordo com Caio Prado Jr. (2011, p.127), “constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira” e, acrescenta o autor, “constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social”, por isso torna-se indispensável elucidarmos esse debate para refletir os processos que se consolidaram no curso do capitalismo brasileiro.

Dois momentos foram importantes para compreendermos essa estrutura econômica, social e política: a nova configuração da propriedade da terra, com a Lei de Terras de 1850, e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, com a decadência do regime escravista. Cadenciado a isso, a proclamação da República e a instituição de um novo regime político.

As mudanças no âmbito jurídico, através das legislações do período correspondiam aos anseios políticos e econômicos de grupos oligárquicos brasileiros, de manutenção de uma produção voltada para o comércio exterior e subordinada aos interesses do capital imperialista. Por isso, tais modificações nas estruturas, principalmente relacionadas à terra e ao trabalho, deram conta de garantir a continuidade da grande propriedade, apesar da “liberdade” do trabalho. Segundo Martins, “*se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa*”. (MARTINS, 2017, p. 47 – grifos do autor).

Interessa-nos especialmente compreender de que maneira essa dinâmica, que perpassa interesses políticos e econômicos de uma elite subordinada ao imperialismo europeu e, posteriormente, ao imperialismo estadunidense, afetou a realidade brasileira no período e deu forma e conteúdo aos processos de violenta expropriação de terras e de exploração da força de trabalho. É primordial reconhecer principalmente, a partir dessa análise, que esse movimento é próprio do tipo de

capitalismo que se desenvolveu no continente e conforma as bases da exploração da classe trabalhadora da América Latina e do Brasil. Tal contexto estrutural fornece a moldura histórico-social do Contestado, ou seja, sua determinação econômica fundamental.

Darcy Ribeiro, ao analisar a lógica de desenvolvimento e subdesenvolvimento, a partir do advento da Revolução Industrial, estabelece que ambas situações coadunam do mesmo processo histórico, “não como etapas sequenciais de uma linha evolutiva, mas como configurações coetâneas das mesmas etapas evolutivas e até como formas mutuamente complementares”. (RIBEIRO, 1979, p. 22). Assim, não há como analisarmos as transformações sociais que ocorreram no Brasil no fim do século XIX e início do século XX, desconsiderando as transformações no modo de produção capitalista, em nível mundial.

Da mesma forma, concordando com Fernandes (2008), não se trata de equiparar uma economia colonial à economia de mercado capitalista moderna, como alguns intérpretes da realidade brasileira intentaram, como se a análise das economias centrais pudesse ser aplicada à realidade das economias dependentes, mas de compreender que estas últimas são parte essencial do desenvolvimento das primeiras.

Conforme destaca Fernandes sobre a evolução do capitalismo no Brasil,

Por mais que possamos desejar o contrário, o capitalismo como *modo e sistema* de produção constitui uma manifestação tardia da evolução econômica e histórico-social do Brasil. Ele não estava incubado no antigo sistema colonial, organizado de forma capitalista apenas no nível da mercantilização dos *produtos tropicais*; e ele só se expandiu, realmente, graças à desintegração do sistema de produção escravista. E, quando isso se deu, o capitalismo como modo e sistema de produção irradiou-se da cidade para o campo, através da expansão de uma economia de mercado moderna, que conduzia em seu bojo a transformação do trabalho em mercadoria e a universalização do trabalho livre (ou seja, de uma perspectiva marxista, a universalização da relação social pressuposta pela reprodução da mais-valia relativa). (FERNANDES, 2008, p. 172/173 – grifos do autor).

Da mesma forma, a terra agora como propriedade privada e concentrada no latifúndio, torna-se renda territorial capitalizada. Em relação à questão da terra, Martins (2017) sinaliza que:

No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do camponês, que, no advento do capitalismo, criou a massa de deserdados apta a entrar no mercado de trabalho da nova sociedade. Aqui a propriedade teve a função de forçar a



criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. Foi aqui o meio substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho, com a mesma função: a expansão do capitalismo só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta própria, sujeitos, portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver. (MARTINS, 2017, p. 47/48).

Essas transformações da sociedade brasileira devem ser compreendidas levando em consideração o processo de continuidade de privilégio das classes dominantes, arraigados em uma estrutura de dominação que se fundamenta na ascensão de poucos. (RIBEIRO, 2015).

Assim Ribeiro (1979) sinaliza que,

Esta estrutura sócio-econômica que dá lugar aos mais gritantes contrastes de riqueza e pobreza não constitui uma novidade. Apenas reitera, em termos modernos, uma característica básica das economias dependentes geradas no curso de processos de incorporação histórica: a de serem capazes de criar e expandir empresas prodigiosamente prósperas, mas incapazes de generalizar essa prosperidade a toda a população, dando lugar a sociedades cruamente desiguais. (RIBEIRO, 1979, p.71).

Os processos violentos que decorrem dessas transformações, principalmente àquelas que forçam um novo tipo de economia e sociedade, colocam em lados contrários os “donos do poder” e a população original que tenta manter o seu território. Essa configuração potencializa o conflito e condiciona processos desiguais de guerra e extermínio, onde o lado mais fraco acaba sendo dizimado.

### 3.3 A ESTRUTURA DA ACUMULAÇÃO X PAUPERIZAÇÃO NO CONTESTADO

Para compreendermos como essa relação se estabelece no Contestado, é necessário retomar a discussão apresentada no primeiro capítulo sobre a formação sócio histórica do território.

O território do Contestado, no início do século XX, era formado, em partes, por uma população de sitiantes e posseiros, que ocupava pequenos pedaços de terra, sendo estas legalizadas ou não. Além desses, os grandes proprietários de terras, com significativo poder político e de decisão na sua jurisdição, detinham boa parte das terras férteis e dos campos para criação de gado.

A chegada do capital estrangeiro e o processo de desenvolvimento do capitalismo, na região, ocorreu de forma violenta e a expropriação da terra foi o principal instrumento utilizado para essa violência. O meio de subsistência de boa

parcela da população foi retirado, sendo que essas pessoas não tinham outra escolha, a não ser submeter-se às novas formas de exploração.

Concomitante a essa parcela da população despossuída, a concessão de terras públicas ao capital estrangeiro, construtor da estrada de ferro, permitiu a exploração da madeira, que era em grande quantidade, e a formação de núcleos coloniais para venda das terras, em cada lado da ferrovia. Conforme já destacado, isso permitiu à *Brazil Railway* a formação de uma outra empresa para fazer a extração da madeira e fomentar o processo de colonização a partir das glebas feitas onde antes era mata fechada.

Machado (2004) traz importantes considerações sobre o período, elencando a política fundiária em SC e enfatiza os processos de usurpação de terras que priorizavam os interesses políticos dos fazendeiros e da elite. Segundo o autor “a definição de uma política estadual de terras ocorreu ainda na década de 1890 e tinha como objetivo atuar em duas “frentes”: a) regularização definitiva de antigas posses; b) venda de terras públicas para estímulo da pecuária e da lavoura”. (MACHADO, 2004, p.138).

Essa lógica de regularização fundiária, segundo o autor, priorizava o estímulo à colonização europeia para o desenvolvimento da lavoura com características comerciais e para a formação de grandes pastagens, que atenderiam os interesses dos pecuaristas da região. Além disso, dificultaria a regularização das terras pelos caboclos, sobretudo por estes estarem distantes dos mecanismos de regulamentação do Estado e por não entenderem a necessidade de regulamentar, já que costumeiramente não era devido.

No que se refere à atuação da *Brazil Railway* na região, Machado (2004) salienta que além do impacto econômico, com a tomada das terras para agricultura de subsistência, com o declínio do comércio de tropas e a destruição dos ervais, ocorreu também grande impacto ambiental, com a extração de árvores nativas. Esses locais de extração, depois de desmatados, eram destinados à venda para colonos europeus. Além disso, houve também um processo de exclusão étnica, segundo o autor, derivado da grilagem que deslocava para outras regiões a população nacional.

A pesquisa realizada por Monteiro (2011) enfatiza que a modernização da sociedade sertaneja, antes rústica, causa uma ruptura dessa ordem tradicional e gera uma espécie de “desencantamento” do mundo. Essa modernização, decorrente da

penetração de empresas capitalistas modernas vinculadas à exploração madeireira, à aquisição de terras e à construção da ferrovia, segundo o autor, “favoreceram a expansão do regime de trabalho assalariado”. (MONTEIRO, 2011, p. 22).

É notável que o rompimento de feições tradicionais do trabalho tenha chegado ao Contestado de modo tão drástico. Isso é próprio da história do capitalismo em geral, mas se configura de modo mais violento na história do capitalismo dependente latino americano.

Nessa conjuntura de expropriação, a mudança drástica das condições de vida do caboclo refletiu diretamente na sua forma de subsistir. Assim, conforme Auras (2015, p.45) “a expulsão desses posseiros, iniciada em 1911, conferiu feição e direção a essa numerosa massa marginalizada que, de repente, se viu destituída da condição de produzir regularmente seus próprios recursos materiais de subsistência”.

Esse quadro agravou profundamente a desigualdade no território, posto que não foi permitido ao caboclo, em nenhum momento, ascender da sua condição de marginalização, por motivos econômicos, mas especialmente por motivos políticos, conforme já destacado anteriormente.

Isso não quer dizer que antes desse processo não houvesse uma diferenciação social gritante na formação do território, entretanto, a chegada de bases mais consolidadas do capitalismo em desenvolvimento, fez com que se enraizasse junto a essa população refutada um processo estrutural de pauperização que se mantém até os dias atuais.

A Guerra do Contestado foi um divisor de águas nesse aspecto, pois conformou um processo de segregação da população cabocla, criando uma estrutura político-ideológica de opressão, além da pauperização estrutural.

## **4 A ESTRUTURA POLÍTICO-IDEOLÓGICA DE OPRESSÃO DO CABOCLO DO CONTESTADO**

O presente capítulo objetiva elaborar uma síntese, a partir da retomada histórica dos capítulos anteriores, da realidade que se apresenta nos dias de hoje no cotidiano dos sujeitos do território do Contestado.

Compreender quem é o herdeiro do Contestado e que lugar ele ocupa nesse território vivido é vital para dialogarmos com a estrutura que se consolidou, como vimos, desde a gênese e desenvolvimento do capitalismo no Contestado e que aprofundou as mazelas do pauperismo e da desigualdade social.

Entendemos que se constituiu no território uma estrutura político-ideológica de opressão da população cabocla, que envolve, de um lado, um processo de apagamento histórico e invisibilidade dessa população, e de outro a ocultação da pobreza que se manifesta no cotidiano desses sujeitos.

A opressão se materializa na condição de trabalhadores sem acesso à terra, submetidos ao trabalho sem direitos, afastados da cultura e tradições dos seus antepassados e sem acesso aos direitos sociais básicos, como alimentação, moradia, educação e saúde. Isso se intensifica e se agrava na medida em que se invisibiliza a existência dessa parcela da população e se negam as condições materiais de subsistência desses sujeitos.

### **4.1 AS MATIZES DA OPRESSÃO: A INVISIBILIDADE DO CABOCLO**

Antes de compreendermos como se constitui essa estrutura opressora e a invisibilidade como instrumento dessa opressão, cabe destacar quem foi e quem é o caboclo do Contestado.

Já foi dito no primeiro capítulo que a região em questão intensificou seu povoamento a partir do século XVIII, com a chegada de descendentes de portugueses, geralmente vindos da região de São Paulo, escravos negros fugidos e escravos negros libertos, índios destribalizados e outros “nacionais”. Na região já habitavam diferentes grupos indígenas e o contexto social era de disputa pelo espaço, ou seja, “os de fora”, os colonizadores, faziam a “limpeza do terreno” pois não reconheciam os indígenas como gente, conforme salienta Machado (2004).

Não muito diferente do processo violento de colonização do restante do país e da América Latina, Machado enfatiza que:

Os bugres adultos e jovens eram os principais alvos de caçadas empreendidas por fazendeiros ou por bugreiros (caboclos especializados em localizar, destruir aldeamentos e capturar alguns sobreviventes). Só conseguiam escapar da morte algumas mulheres jovens, que seriam transformadas em esposas e companheiras de peões, pequenos sitiantes e tropeiros. Não são poucas as famílias caboclas que se formaram a partir da caçada de um peão que pegou a mulher no mato, como bicho. (MACHADO, 2004, p. 58-59).

Assim, a população que se desenvolveu nas décadas seguintes, no planalto catarinense, foi fruto do processo de miscigenação violenta desses grupos e da continuidade da migração da região da campanha gaúcha, dos campos de Curitiba e de Sorocaba, intensificada com o Caminho das Tropas.

Quanto à população de origem africana no território, Machado (2004) relata que a maior parte era livre, seja pelo nascimento ou por alforria. No entanto, os homens que descendiam desse grupo ou de grupos indígenas e portugueses, mesmo que livres, tinham que se submeter ao poder dos grandes fazendeiros, estando “sujeito a um conjunto de obrigações muito mais complexas que o trabalhador livre moderno, entendido como aquele que simplesmente vende a sua força de trabalho” (MACHADO, 2004, p. 66). A vinculação e obediência ao patrão se mantinha por diferentes gerações e era necessária na manutenção da grande propriedade, pois dificilmente esses agregados conseguiam mudar sua situação social e econômica e, conseqüentemente, possuir sua própria terra.

Com a República e o avanço do capitalismo, intensificou-se a política de imigração e conseqüentemente um processo de branqueamento de áreas a serem “modernizadas” e “civilizadas”. Surge nesse período o mito da incapacidade do negro para o trabalho, conforme assinala Moura:

O preconceito de cor é assim dinamizado no contexto capitalista, os elementos não brancos passam a ser estereotipados como indolentes, cachaceiros, não persistentes no trabalho e, em contrapartida, por extensão, apresenta-se o trabalhador branco como modelo de perseverante, honesto, de hábitos morigerados e tendências à poupança e à estabilidade no emprego. Elege-se o modelo branco como sendo o trabalhador ideal e apela-se para uma política migratória sistemática e subvencionada, alegando-se a necessidade de se dinamizar a nossa economia através da importação de um trabalhador superior do ponto de vista racial e cultural e capaz de suprir, com sua mão de obra, as necessidades da sociedade brasileira em expansão (MOURA, 2019, p.99).

Assim, no momento em que um grande contingente de negros sai da situação de escravidão podendo ingressar no trabalho livre, essa população é considerada incapaz para o trabalho assalariado, mesmo que durante o escravismo tenha sido considerado adequado aos interesses do sistema de produção.

Na região conflituosa pela Questão de Limites entre PR e SC, era interesse estratégico do governo, imperial inicialmente e depois da República, desenvolver a colonização no território. Com a construção da ferrovia, a consequente concessão das terras à *Brazil Railway Company* e a expulsão dos posseiros caboclos, ficou evidente que a intenção não era promover qualquer colonização, mas uma colonização direcionada aos grupos de imigrantes europeus, com o intuito de realizar uma verdadeira limpeza étnica no território.

A tentativa de branqueamento da região, portanto, encontrou duas frentes de ação. A primeira, já citada, envolve a desqualificação do trabalhador nacional, principalmente negros e pardos, com o discurso de inaptos ao trabalho. A segunda envolve as narrativas que negam a existência de uma população negra na região e até mesmo o esvaziamento populacional do território, no início do século XX, justificando a necessidade de trazer um trabalhador de origem europeia.

Leite (1991) aponta que, em 1980, SC tinha a menor população negra do país de acordo com o Censo e que isso, de certa forma, garantiu ao estado a imagem de Europa brasileira, de maioria branca, representando assim uma lógica fantasiosa de progresso e desenvolvimento. A autora descreve que algumas análises sobre período colonial retratam uma inexpressiva presença de negros no Sul, justificada pela ausência de um sistema escravista, como em outras partes do país, e outras análises remetem a existência de relações mais democráticas e igualitárias. Porém, isso é parte de uma ideologia de branqueamento que buscou invisibilizar o negro, negando sua existência, já que não é possível bani-lo da sociedade, ou, nas palavras da autora, a partir da discussão de Elisson (1990) “não é que o negro não seja visto, mas sim, que *ele é visto como não existente*”. (LEITE, 1991, p. 15-grifo da autora).

O que se configurou na região, a partir da política de branqueamento, foi um processo intencional de tornar invisível uma parcela da população que não era aceita pelo projeto capitalista em desenvolvimento. Esse *dispositivo de negação do outro*, segundo a autora, foi uma das principais formas de produção e reprodução do racismo e cita:

Na literatura sobre Santa Catarina, deparei-me com trechos ou passagens, em sua maioria de inspiração positivista, que explicam o sucesso econômico do Estado sempre atribuindo-o exclusivamente à colonização com europeus, superdimensionando o imigrante, ao invés de se deter pormenorizadamente no conjunto de variáveis que o colocaram nessa posição privilegiada, seja quanto ao acesso à terra seja quanto aos processos produtivos que irão se implantar ao longo de sua fixação no território. (LEITE, 1991, p. 15)

Assim, a população de pretos, pardos, indígenas e mestiços, os ditos nacionais, os caboclos, foram sendo relegadas a um esquecimento proposital na história do desenvolvimento do território, assim como ocorreu no restante da América Latina, com os povos originários. Desde a mulher indígena sequestrada de sua família e comunidade, passando pelos negros ex-escravizados, o povo catarinense é tornado branco e europeu por força de uma elite política e por uma construção intelectual abertamente eugenista e, portanto, tremendamente racista.

Além do processo violento que decorreu da guerra contra os sertanejos do Contestado, que usurpou a terra e exterminou milhares de famílias caboclas, o movimento que se imprimiu nos anos que se seguiram, caracterizou-se pela tentativa de macular a imagem dos que sobreviveram. A vinculação dos remanescentes ao fanatismo e ao banditismo permearam as narrativas locais, os jornais da época e os documentos militares sobre o conflito do Contestado.

Conforme sinaliza Báez, “é óbvio que quem apaga a memória do adversário subjugado numa conquista pretende enxertar sua própria memória para reconfigurar uma identidade submissa”. (BAEZ, 2010, p.259-260). Portanto, os inúmeros adjetivos: fanático, jagunço, desordeiros e bandidos foram vinculados aos sobreviventes do conflito e solidificados com a ocupação europeia e a chegada dos colonos.

Para compreender melhor esse processo, a discussão que Báez (2010) apresenta sobre o memoricídio na América Latina, nos permite refletir sobre a estrutura que se consolidou no Contestado, de invisibilidade de uma parcela da população.

Para o autor, o que se configurou na América Latina, em geral, foram processos de etnocídio e memoricídio, nos quais ocorreram, de forma premeditada, a destruição cultural e da memória coletiva, atacando as bases fundamentais da identidade de suas populações. A condenação da memória, exercida pela Europa na América Latina, tratou de manipular e modificar a memória coletiva, decretando um esquecimento no qual a história é contada a partir de determinado ponto, ou seja, a partir da conquista. Seguiu-se então um processo de transculturação, com a

substituição de uma cultura pela outra, implicando necessariamente a perda da cultura precedente.

Como exemplifica Clóvis Moura,

No Brasil, o catolicismo continua sendo a religião dominante, a indumentária continua sendo a ocidental-europeia, a culinária afro-brasileira continua sendo apenas uma cozinha típica de uma minoria étnica e assim por diante. Isto é, no processo de aculturação os mecanismos de dominação econômica, social, política e cultural persistem determinando quem é superior ou inferior. (MOURA, 2019, p. 74).

No Contestado o fluxo não foi diferente. Usurparam-se os hábitos e modos de vida caboclo, ignoraram suas crenças religiosas ou as deturparam, dizimaram os que puderam, através de um verdadeiro genocídio caboclo e aos que sobraram, foi-lhes negado o direito de possuir, de trabalhar e de existir. Os costumes e tradições foram apagados ou incorporados na perspectiva civilizatória da imigração.

Nessa perspectiva, compreendendo esse processo de invisibilidade e de memoricídio, podemos aprofundar a discussão sobre a estrutura de opressão que se configurou e se configura, até hoje, no território. Os estudos de Renk (1997; 2000) sobre a expropriação de brasileiros do processo de colonização e sobre a reprodução social camponesa, no Oeste Catarinense, destacam que a colonização delimitou caminhos diversos aos dois tipos de camponeses da região do Contestado e Oeste Catarinense, de acordo com sua origem étnica.

Aos brasileiros, além da expropriação de terras, do declínio de camponeses em trabalhadores sazonais e da desestruturação do modo de vida tradicional, a colonização representou um processo de etnogênese, quando foram transformados na condição de minoria étnica e caracterizados enquanto bárbaros e antônimos de “civilização”. Aos colonos esse processo assegurou a possibilidade de obtenção de terras para permanecer na condição de pequeno proprietário. (RENK, 2000, p.15 – grifo da autora).

Mas isso não quer dizer que a população imigrante teve livre acesso à terra, esbarrando na grande propriedade agrícola que se manteve fortemente enraizada nas áreas já destinadas ao plantio e à pecuária. A centralidade da questão da propriedade da terra nesse processo é de extrema importância, sobretudo porque definiu os rumos da imigração e da população “brasileira” no território, essa última, não destinada a ser pequena proprietária, nem mesmo a dona do latifúndio.

Importante citar também os apontamentos feitos por Darcy Ribeiro, quando se refere a configuração histórico-cultural da região Sul do Brasil e enfatiza a marginalização de caboclos e gringos acabocladados:



A distinção se faz, hoje, tão evidente que colono, na região gringa, é pequeno proprietário e caboclo é o sem-terra. Em cada categoria confundem-se brasileiro de extração gaúcha ou açoriana e brasileiros de extração gringa, distinguíveis essencialmente por sua posição com respeito à propriedade das terras que cultivam. Essa camada de gringos acaboclos, assim como os demais contingentes marginais do país, constitui uma reserva de mão de obra que opera como uma classe infrabaixa, posta no campo abaixo dos assalariados agrícolas e, nas cidades, abaixo dos integrados na força de trabalho com empregos permanentes. (RIBEIRO, 2015, p.322).

O autor ainda destaca que essa população marginalizada, regride a uma cultura de pobreza, já que não possuem a terra e compõem uma parcela da população não assalariada, na qual somente uma nova ordenação social pode mudar sua condição de vida. Sem o acesso à terra, essa parcela da população não pôde manter sua subsistência a não ser pelas chances de ocupação e trabalho oferecidas por quem detém o monopólio da terra.

Após a Guerra do Contestado, os que sobreviveram tiveram diferentes desfechos. Mas é importante salientar que antes mesmo de ocorrerem os conflitos entre caboclos e força militar, a população local já sofria os impactos do desenvolvimento do capitalismo dependente na região.

Segundo entrevistas realizadas por Machado (2001) os remanescentes da guerra foram perseguidos, mortos ou saqueados, ao final do conflito. Grupos de vaqueanos, contratados por coronéis deram conta de exterminar boa parte dos que restaram, caçando-os como animais nas matas da região, buscando apagar qualquer vestígio de rebeldia. Alguns que conseguiram retornar para as terras que ainda possuíam, encontraram as casas incendiadas e os animais roubados.

Dessa forma, conforme salienta Machado (2004), é necessário que possamos compreender melhor o contexto político ao fim do conflito, para elucidar o discurso/narrativa que se consolidou entre os que se renderam às autoridades militares. Em uma tentativa de sobrevivência, muitos afirmaram ter sido obrigados a aderir ao movimento caboclo, contribuindo para a formação de uma memória equivocada, na qual, até hoje, o projeto caboclo é desqualificado e propositalmente apagado da história.

Essa condição de invisibilidade que se solidificou no Contestado permitiu e permite até hoje que se perpetuem formas de opressão, nas quais, aqueles que não são vistos, simplesmente não são lembrados. Assim sendo, não houve necessidade de continuar um extermínio físico dessa população cabocla, apenas ocultá-la e

invisibilizá-la para que não tenham garantias de suas condições materiais de subsistir, pois se não há uma população pobre, despossuída e sem-terra, não há necessidade de ter políticas públicas e direitos garantidos, que busquem amenizar as desigualdades sociais vivenciadas, no cotidiano, por esses sujeitos.

#### 4.2 A DIALÉTICA DA OPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA OU (RE)EXISTÊNCIA

O traçado da ferrovia ainda corta as cidades do Vale do Rio do Peixe. Mesmo em desuso, em grande parte do seu trajeto, continua sendo lembrada de forma nostálgica, como um momento importante, em que um meio de transporte veio para facilitar a vida dos antigos moradores. Mesmo abandonada, é parte importante da história de um povo, de um lugar.

A narrativa de desenvolvimento que permeou por muitos anos a construção de ferrovias, foi dando lugar a outras formas de transporte, que correspondessem aos interesses da modernização capitalista e que garantissem a acumulação de capital à outras áreas da indústria, que não somente o ferro ou a madeira. Junto com o transporte de rodagem, veio a indústria automobilística, o uso de combustíveis fósseis, a indústria da borracha, principalmente na fabricação de pneus e o uso do petróleo na construção de estradas.

Atualmente, a ferrovia que corta parte do Contestado pertence à Rumo Logística Operadora Multimodal S/A, que se fundiu à América Latina Logística- ALL em 2015 e que desde então é a maior companhia de estrutura ferroviária do Brasil, atuando especificamente no transporte de cargas. O ramal Porto União (SC) à Marcelino Ramos (RS), estão em desuso desde a década passada, permanecendo apenas um trecho entre Piratuba (SC) e Marcelino Ramos (RS), para turismo.

O estudo desenvolvido nesse trabalho, não tem a pretensão de abordar a situação atual da Ferrovia do Contestado, mas essa pequena introdução é importante para compreendermos a lógica perversa do desenvolvimento capitalista no território. Inicialmente, cabe dizer que a ferrovia serviu, por muitos anos, aos interesses de grupos capitalistas que atuaram na região, principalmente na extração da madeira e na indústria alimentícia, porém, quando não foi mais “útil”, o exemplo de desenvolvimento do início do século passado foi sucateado, sem piedade. Afinal, não transportavam pessoas, mas as cargas que interessavam ao capital.

As grandes florestas de araucária deram lugar ao monocultivo do pinus e do eucalipto, com imensas extensões de terras ocupadas pela produção de madeira de reflorestamento. As empresas familiares, do ramo alimentício, foram incorporadas pelo monopólio da produção de alimentos, destinadas ao fornecimento aos mercados do exterior.

A produção de grãos e a pecuária, de corte e de leite, se mantém como principal atividade econômica das grandes fazendas, principalmente nas proximidades da região serrana e na divisa com o RS, com o escoamento da produção aos portos do litoral de SC e PR, também para alimentar o mercado externo.

Os peões e agregados das propriedades rurais se tornaram os trabalhadores sazonais no corte da madeira, na colheita da fruta e na colheita de grãos. Alguns ainda permanecem morando nas propriedades rurais dos patrões, trabalhando em troca de um casebre e uma pequena área para plantar e criar animais para o consumo próprio e da família.

Assim, o Contestado permanece sendo o retrato do “atraso” diante da riqueza de um estado tão próspero como SC. Quando dos cem anos da Guerra Sertaneja do Contestado, vários veículos de comunicação abordaram a situação de miserabilidade da região, classificando o Contestado como uma “ilha de pobreza no Sul do País” (Estado de São Paulo) ou como “a região mais carente de SC” (A Notícia).

As alternativas encontradas para “superação” dessa condição de miséria e abandono, tem sido, inicialmente, o resgate de uma identidade cabocla que busque romper com o preconceito instituído após o conflito. O orgulho de ser caboclo tem permeado ações de algumas cidades, como Lebon Régis, que buscam rememorar os eventos ocorridos no território e o caboclo como protagonista da resistência em tempos de opressão capitalista.

Além disso, a reapropriação histórica do movimento caboclo, com obras de caráter científico e acadêmico, intensificadas nas últimas décadas, demonstraram uma mudança significativa no conceito deturpado que o movimento adquiriu com as narrativas pós conflito, geralmente fomentadas pela literatura ligada aos militares ou aos jornais da época.

As narrativas que prevaleceram no cotidiano dos sujeitos e alimentaram o senso comum em relação ao movimento do Contestado, rotulando os sertanejos como bandidos, fanáticos e jagunços, surgiram logo no início da Guerra. Conforme estudo

de Dalfré (2017), o primeiro grupo de narrativas foram sustentadas pelos jornais da época, que de forma sensacionalista caracterizavam os grupos envolvidos: os heróis contra os ignorantes. O segundo conjunto de narrativas, muito utilizadas posteriormente como fonte de pesquisas, foram os relatos dos militares que atuaram no conflito, que longe de qualquer neutralidade, influenciaram a imagem que foi construída acerca dos rebeldes, como bárbaros e analfabetos.

A presença de grupos de pesquisadores adensando o debate junto à academia e à comunidade, tratou de alterar consideravelmente o espectro do fanatismo, ainda que não em sua totalidade, já que o senso comum permanece em alguns relatos, até mesmo do poder público. Algumas importantes pesquisas (AURAS, 2015; MACHADO, 2004; MONTEIRO, 2011) apontaram a consciência política e social dos sertanejos, da mesma forma que o propósito religioso também teve seu grau de importância.

O caráter científico dado ao estudo sobre o movimento do Contestado nos últimos anos, imprimiu significado real e concreto a um movimento de luta social que balançou as estruturas oligárquicas da República recém criada. Ainda que tenha sido um movimento “vencido”, analisá-lo no bojo da luta de classes, revelou em sua essência um momento ímpar de insatisfação e de resistência dos caboclos ao que é posto como ideal e correto.

Ações voltadas ao incentivo do ensino do Contestado nas escolas também buscam romper com esse mecanismo de invisibilidade. No próprio território do Contestado, são poucos estudantes de educação básica que tem acesso e aprofundam o debate para além de uma página no livro didático. Assim sendo, grupos de teatro, de música têm buscado, através da cultura, retomar a história conhecida e promover as reparações históricas necessárias.

Importante relato sobre isso é a organização de espaços de debate e cultura, promovidos no âmbito das instituições de ensino da região, como ocorreu em 2019 com o Primeiro Congresso Nacional do Contestado, no IFSC de Caçador/SC, com a cooperação do IFC *Campus* Videira, da Universidade do Oeste de Santa Catarina-UNOESC *Campus* Videira e da UFSC *Campus* Curitibanos. O congresso envolveu pesquisadores de todo o Brasil e trouxe ao território um debate científico sobre o Contestado, com a participação de mais de mil pessoas, entre estudantes de nível fundamental, médio, graduação, pós-graduação e comunidade regional. O momento

final do congresso contou com uma mesa redonda com lideranças locais que apresentaram experiências atuais que mantem viva a memória cabocla e o movimento de luta que foi o Contestado.

Vale destacar também os grupos estudos, de pesquisa e extensão, vinculados aos institutos federais e às universidades da região, que tem buscado aprofundar ainda algumas discussões pouco estudadas no âmbito do Contestado e que buscarão proporcionar subsídios para atuação de políticas públicas na região.

Ainda que de forma incipiente, essas ações têm buscado aproximar e reconhecer a luta da população cabocla por reconhecimento e visibilidade diante da estrutura que se configurou no território, sem generalizações e sem a pretensão de esgotar o debate, que deve sempre remeter à transformação de uma nova ordem societária. Concordando com Euclides Felipe (1995, p.9), quando inicia o seu livro: “...sem ampliações nem exageros piedosos, na intenção de proporcionar a oportunidade de rever conceitos, reformular dogmas estabelecidos por preconceitos oriundos de informações tendenciosas e radicalizantes”.

Tornar visível uma parcela da população esquecida, tornar conhecida a história de um povo, principalmente para os principais atores desse enredo, é fundamental para atribuímos condições de luta. Conhecer sua própria história para ter chance de transformá-la.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*As lembranças de casa, dos parentes, dos amigos, do ambiente de paz, sossego e fartura de comida, as saudades curtidas naqueles ermos tristonhos, despertavam nessas almas acabrunhadas pelas dores e pela fome, sofrimentos indizíveis.*

*Misérias e doenças sulcavam profundamente aquelas faces cadavéricas, filhas da famigerada civilização pseudo-cristã, que em 1500 erguera a primeira cruz em Terras do Cruzeiro para crucificar impiedosamente os próprios rebentos de seu seio, ao passo que os ia marginalizando.*

*(FELIPPE, 1995, p.107).*

Por 45 anos, Euclides Felipe anotou em sua caderneta de topógrafo as histórias que ouvia, dos próprios caboclos, sobre o Contestado. Em meio a tantas narrativas oficiais, confusas e propositalmente diletantes, a tentativa de registrar essas memórias foi, sem dúvida, um belo presente ao povo caboclo.

A produção de análises que busquem compreender a essência dos processos que se condensaram no território, antes mesmo da Guerra do Contestado, são indispensáveis para construir alternativas de rompimento com o memoricídio do povo caboclo. Essa produção de conhecimento permite decifrar a realidade e ter, assim, subsídios para intervir nela. Como diria Marx (2009) “a libertação é um ato histórico, não um ato de pensamento”. Por isso é tão imprescindível conseguir alavancar essa produção de conhecimento para as trincheiras da transformação social.

Trazer esse debate para o âmbito do Serviço Social, mesmo que essa pesquisa não trate diretamente da atuação profissional no território do Contestado, é um primeiro passo para provocar reflexões que até então estavam muito presentes apenas no âmbito da historiografia e da geografia. Entretanto, as lutas sociais que permearam a formação sócio histórica brasileira e latino-americana, são terrenos férteis para compreender as contradições que se materializam no embate profissional do assistente social, diariamente.

Assim, por mais que se tenha todo um arcabouço teórico-metodológico e técnico-operativo bem apreendidos durante a academia, é fundamental conhecer os processos que gestaram a formação do capitalismo de tipo dependente, no continente e especialmente no território de atuação profissional.

Por essa razão, a interlocução que essa pesquisa se propôs, buscou perpassar a noção de pobreza limitada à ausência ou carência de renda, ou mesmo a ausência de um empoderamento dos sujeitos, como se, por si só, estes conseguissem superar a sua condição de fragilidade.

Da mesma forma, não se trata de uma concepção de pobreza associada à noção de vulnerabilidade social ou risco social, conceitos amplamente utilizados por algumas políticas sociais e que se limitam a traçar estratégias pontuais e focais de intervenção, sem aprofundar os seus vínculos estruturantes.

A pobreza, entendida nessa pesquisa como uma manifestação da Lei Geral da Acumulação Capitalista, carece de aprofundamento teórico que desvende a estrutura de pauperização que se consolida a partir do processo de acumulação de capital, para além do debate da aparência e do senso comum que insistem em afirmar a falta de desenvolvimento ou que remetem ao indivíduo o resultado da sua condição de subalternidade.

Mais do que isso, pode-se afirmar que essa pauperização é parte constitutiva do processo de acumulação capitalista, ao passo que uma depende da outra para existir e aumentam na mesma proporção. Dessa forma, no sistema capitalista, uma não existe sem a outra, posto que a eliminação da pobreza, como manifestação dessa relação, só será possível com a superação do modo de produção capitalista.

A TMD permitiu voltar os olhos ao continente latino americano e compreender que, desde aqui, o processo de avanço do capitalismo foi e é muito mais violento, racista e genocida. Da mesma forma, a reflexão e o conhecimento das contradições próprias e singulares do modo de produção capitalista na América Latina, proporcionaram elucidar que a dependência é parte do processo de desenvolvimento capitalista em geral e, portanto, deve ser explicada em sua particularidade, na relação com o todo.

Concordando com Paiva e Mattei,

[...] do ponto de vista genuinamente latino-americano, na medida em que a forte e contraditória relação de subordinação com o mercado externo, através de uma maior exploração do trabalhador, ajusta as relações de produção internas para a acumulação do capital em escala global, o capitalismo dependente cria de modo crescente o pauperismo das massas, produzindo e reproduzindo a chamada *questão social*, cenário de tensões políticas e de necessidades coletivas a que as políticas sociais devem responder. (PAIVA; MATTEI, 2009, p. 181 – grifo dos autores).

Portanto, é urgente e necessário analisar os processos que gestaram o capitalismo na região do Contestado na perspectiva da particularidade latino-americana, pois é nessa dinâmica que se evidencia a estrutura violenta, que teve a guerra sertaneja como expressão. A prioridade da construção de portos, ferrovias e outras infraestruturas que favoreceram as exportações, demonstram a relação dos capitais locais que privilegiaram os interesses dos capitais do mercado mundial. (OSÓRIO, 2016).

No Contestado a ideia de “atraso” permanece ligada à região e atrelada ao caboclo, já que a rebeldia fez parte da história daquilo que se narra como a chegada do moderno, do desenvolvido, da ferrovia. Essa condição histórica, ideologicamente construída para o caboclo local se reafirma mesmo após um século da Guerra do Contestado.

As explicações recorrentes para o subdesenvolvimento encontram voz nas narrativas de incapacidade para o trabalho do trabalhador nacional ou pela desordem dos insurretos do Contestado, e não na relação com o desenvolvimento capitalista e suas expressões no capitalismo dependente. Essa análise embasada no senso comum, traz à tona os elementos característicos da estrutura racista que se consolidou no território do Contestado e que segue até os dias atuais, ligadas à população cabocla.

Por isso é tão importante considerar em nossa análise as matizes da opressão político-ideológica, sem desconsiderar principalmente o seu fundamento econômico, pois, conforme afirma Netto, “os padrões de desigualdade e pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural”. (NETTO *apud* SIQUEIRA, 2013, p. 264).

Da mesma forma, é impossível desconsiderar a particularidade latino-americana na análise desenvolvida, sob risco de subtrair a condição histórico-estrutural na qual os povos originários foram submetidos desde antes do capitalismo em sua fase dependente.

Patriarcado e racismo são, portanto, relações sociais estruturantes que determinam um lugar singular na estrutura de classes das sociedades coloniais, primeiro, e dependentes, depois, somando e atualizando antigas e novas contradições à forma particular de reprodução capitalista assentada sob a superexploração da força de trabalho na América Latina contemporânea. (ROCHA, 2017, p. 11).



A expropriação violenta promovida pelo modo de produção capitalista em todo o continente foi expresso no território do Contestado a partir do momento em que a terra foi tomada e passou a servir aos interesses do capital, da mesma forma que o trabalho foi privado àqueles que não se ajustavam aos moldes da modernização capitalista, em curso.

Nosso objetivo com essa dissertação foi analisar como se estruturou o processo de pauperização da população cabocla do território do Contestado. Para alcançar tal objetivo, a tarefa foi árdua e pelos limites de uma dissertação de mestrado e das próprias lacunas da nossa pesquisa, não foi possível elaborar um estudo tão profundo que pudesse responder a todas as inquietações que tínhamos quando elaboramos o projeto de pesquisa, dentre elas o porquê de se estudar tão pouco sobre o Contestado, no próprio Contestado. Obviamente essa não era nossa pergunta principal, mas foi uma das motivações para buscar conhecer mais a temática e permitir o surgimento de outras inquietações.

No curso da pesquisa, foi possível identificar a discrepância entre os índices sociais e econômicos do estado de SC e da porção territorial do Contestado, na qual uma realidade social muito mais perversa se expressa no cotidiano da população. Entendendo que é na simbiose entre o passado e o presente do território que se revela essa contradição, a reapropriação histórica do Contestado foi fundamental como ponto de partida para essa construção.

A partir disso foi indispensável compreendermos o processo de gênese do capitalismo na região, do modo de produção capitalista em geral e do capitalismo de tipo dependente, dentro dessa engrenagem geral. Isso nos possibilitou desvendar as contradições e múltiplas determinações que permeiam essa realidade, para além dos fatos isolados e recortados do todo. Por essa razão a historicidade e a totalidade foram e seguem sendo, em estudos futuros, categorias fundamentais na compreensão dos fenômenos sociais para dimensionar o encontro entre o todo e a parte.

O que se revelou de forma mais contundente desde que iniciamos a pesquisa, foi o que chamamos de uma estrutura político-ideológica de opressão do caboclo do Contestado, na qual os processos de apagamento histórico dessa população se traduzem nas tentativas de invisibilidade do caboclo e na ocultação da pobreza do território. Iniciamos nossas considerações finais remetendo a algumas tentativas de resgate histórico o papel fundamental de rompimento com o silêncio.

As formas de opressão se concretizam na realidade dos sujeitos inicialmente afastando-os da condição de “existentes” e depois negando a terra, o trabalho e a memória. Dentro dessa perspectiva, o constructo de opressão se estende por mais de um século, impossibilitando a luta por re-existir. Conforme afirma Paulo Freire, “os oprimidos não obterão a liberdade por acaso, senão procurando-a em sua práxis e reconhecendo nela que é necessário lutar para consegui-la”. (FREIRE, 1980, p. 57). Sendo assim, a principal ferramenta que temos para garantir a luta é o reconhecimento do caboclo, especialmente no seu território de origem.

Esperamos que esse trabalho possa contribuir com futuros debates e pesquisas sobre o Contestado, principalmente no âmbito do Serviço Social. Ainda que tenha lacunas que carecem de aprofundamento teórico, é possível refletir sobre algumas manifestações do processo de pauperização do território e da pobreza, como forma expressa na realidade dos sujeitos.

Vale destacar que só é possível criar subsídios para enfrentamento dessa condição que se apresenta no território, mediante uma postura crítica que exponha a estrutura de opressão que se consolidou e que embase o processo revolucionário de luta.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Atlas Geográfico de Santa Catarina**: estado e território. Fascículo 1 [recurso eletrônico]. Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia; Isa de Oliveira Rocha (Org.). 2ª ed. Florianópolis: Editora da UDESC, 2016. 80p.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 5ª ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2015.
- BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Tradução de Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3ª ed. Florianópolis: Insular, 2015.
- BRASIL. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)>. Acesso em 04 de agosto de 2017.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A campanha do Contestado**. 2ª ed. revisada. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da história**: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Tradução de João Maia. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARVALHO, Tarcísio Motta de. **Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)**. [Tese de doutorado em História]. UFF/RJ, 2009, 214 p.
- Cem anos da Guerra do Contestado: caminhos para o futuro. **A Notícia**. Caderno 3, Joinville/SC, 24 out 2012.
- COSTA. Emília Viotti da Costa. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DALFRÉ, Liz Andrea. A Emergência dos Sujeitos Sociais na Historiografia sobre a Guerra do Contestado. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 23, p. 10-27, abril, 2017.
- ESPIG, Márcia Janete. “Uma ferrovia estratégica”? A atuação da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande durante a Guerra do Contestado. In: VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs.). **Nem fanáticos**,

**nem jagunços:** reflexões sobre o Contestado (1912-2012). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2012.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado:** os turmeiros da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1915). [Tese de doutorado em História] UFRGS/RS, 2008, 434 pg.

Esquecida, região ainda vive na miséria. **Estado de São Paulo.** Geral. São Paulo, 12 fev. 2012. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,esquecida-regiao-ainda-vive-na-miseria-imp-,834757>>. Acesso em 31 de julho de 2018.

FELIPPE, Euclides J. **O último jagunço:** folclore na história do Contestado. 1ª ed. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 5. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado: redes no geográfico.** Florianópolis: Insular, 2017.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação:** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia Mello e Silva. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina.** [Tese de doutorado em Ciências Econômicas]. UNICAMP/SP, 2001, 401 pg.

GUIMARÃES, Luiz Sérgio Pires. Mudanças recentes do espaço rural brasileiro. In: **Atlas Nacional do Brasil Milton Santos/ IBGE.** Sociedade e Economia. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: [biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47603\\_cap5\\_pt6.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47603_cap5_pt6.pdf)

HOBBSBAWN, Eric J. **A era do capital,** 1848-1875. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2008 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE. 2008., p.146.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conceitos e Definições da PNAD.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:

[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa\\_mercado\\_trabalho/notasticas.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notasticas.shtm). Acesso em: 04 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores. Rio de Janeiro: IBGE. 2017. Disponível em: <[https://C:/Users/Aluno/Downloads/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita\\_2017.pdf](https://C:/Users/Aluno/Downloads/Renda_domiciliar_per_capita_2017.pdf)>. Acesso em: 03 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 07 de agosto de 2018.

KLUG, João; SANTOS, Manoel Teixeira dos; Angela Bernadete, LIMA. A colonização europeia. In: **Atlas Geográfico de Santa Catarina**: população. Fascículo 3. Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia; Isa de Oliveira Rocha (Org.). 1ª ed. Florianópolis: Editora da UDESC, 2018. 176 p.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEITE, Acácio Zuniga. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini. **Revista NERA**. Ano 21, n.42, p.10-28, mai-ago 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: **Textos e Debates**. Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas. Ano 1, nº 1, p 05-42. UFSC, 1991.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916. [Tese de doutorado em História]. UNICAMP/SP, 2001, 514p.

\_\_\_\_\_. **Lideranças do contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

MALTA, Maria; CASTELO, Rodrigo. A chamada acumulação primitiva [CLASE]. En el curso: **Economía Política Marxista**. Programa Latinoamericano de Educación a Distancia, Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini. Buenos Aires, Mayo de 2010.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Coleção Os Economistas. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARTINS, Pedro; WELTER, Tania. A presença da população cabocla. In: **Atlas Geográfico de Santa Catarina**: população. Fascículo 3. Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia; Isa de Oliveira Rocha (Org.). 1ª ed. Florianópolis: Editora da UDESC, 2018. 176p.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MARX, Karl. Introdução à crítica da Economia Política. In: **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OSÓRIO, Jaime. Sistema mundial e formas de capitalismo: a teoria marxista da dependência revisitada. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 07, n.13, p.494-539, 2016.

PAIVA, Beatriz Augusto de; MATTEI, Lauro. Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI. In: **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 175-194, jul./dez. 2009.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. In: **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

RAMOS, Vidal José de Oliveira. **Notas sobre a minha vida, discursos e correspondências**. Florianópolis: IHGSC, 2005.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

\_\_\_\_\_. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

ROCHA, Mirella Farias. “Questão social” na América Latina: superexploração da força de trabalho e opressões (notas introdutórias). **Determinantes histórico-estruturais da política social e capitalismo dependente** [mesa coordenada]. In: 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social, 2017, Vitória. (Anais). Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/einps/article/view/16593>.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão Agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. [Tese de doutorado em Conhecimento e Inclusão Social em Educação]. UFMG/MG, 2016, 337p.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916)**. [Tese de doutorado em História]. PUC/RS, 2009, 301p.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.